



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS / FACULDADE DE GEOLOGIA
II CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GEOTECNOLOGIAS E SUAS APLICAÇÕES

ELTON CARLOS GARCEZ DA SILVA

MAPEAMENTO PARTICIPATIVO E REPRESENTAÇÕES CARTOGRÁFICAS: UNIDADES
ESPACIAIS DOS TIRADORES DE AÇAÍ NA ILHA QUEIMADA – AFÚA/PA.

BELÉM-PARÁ
2016

ELTON CARLOS GARCEZ DA SILVA

MAPEAMENTO PARTICIPATIVO E REPRESENTAÇÕES CARTOGRÁFICAS:
UNIDADES ESPACIAIS DOS TIRADORES DE AÇAÍ NA ILHA QUEIMADA –
AFÚA/PA.

Monografia apresentada ao Instituto de
Geociências/Faculdade de Geologia como parte
das exigências do II Curso de Pós-Graduação
latu sensu em Geotecnologias e Suas Aplicações
para obtenção do título de Especialista em
Geotecnologias e suas aplicações.

Orientador: Dr. Rubens de Oliveira Meireles

BELÉM-PARÁ
2016

Dados Internacionais de Catalogação de Publicação (CIP)
Biblioteca do Instituto de Geociências/SIBI/UFPa

Silva, Elton Carlos Garcez da, 1983 -

Mapeamento participativo e representações cartográficas: unidades espaciais dos tiradores de açaí na ilha Queimada – Afuá/PA / Elton Carlos Garcez da Silva – 2017.

66 f. : il.; 30 cm.

Orientador: Rubens de Oliveira Meireles

Monografia (Especialização) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Geociências, Faculdade de Geologia, Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu* à Distância em Geotecnologias e suas Aplicações, Belém, 2016.

1. Planejamento regional – Afuá (PA). 2. Açaí – aspectos econômicos – Afuá (PA). 3. Geografia ambiental – Afuá (PA). 4. Territorialidade humana – Afuá (PA). I. Título.

CDD 22. ed.: 338.98115

ELTON CARLOS GARCEZ DA SILVA

MAPEAMENTO PARTICIPATIVO E REPRESENTAÇÕES CARTOGRÁFICAS:
UNIDADES ESPACIAIS DOS TIRADORES DE AÇAÍ NA ILHA QUEIMADA –
AFÚA/PA.

Monografia apresentada ao Instituto de Geociências/Faculdade de Geologia como parte das exigências do II Curso de Pós-Graduação *latu sensu* em Geotecnologias e Suas Aplicações para obtenção do título de Especialista em Geotecnologias e suas aplicações.

Aprovado em 02/09/2016
Conceito: APROVADO



Rubens de Oliveira Meireles - Orientador
Doutor em Ciências Agrárias
IFPA – Campus Castanhal



Walter Silva Junior
Doutor em Espaço Social Urbano e
Qualidade de Vida
NPI-UFPA



Francy Mary Fernandes da Silva Costa
Especialista em Auditoria e Controladoria
INCRA-SR(01)

À Luciana, Pedro e Miguel

RESUMO

Este estudo de caso em uma das ilhas que compõe o recorte político-administrativo de Afuá, município pertencente ao Marajó, busca contribuir para o entendimento do processo de territorialização e construção de territorialidades específicas de comunidades tradicionais em contextos de intensificação das relações de mercado e formalização das relações fundiárias. Discute-se as relações sociais que resultam em delimitações físicas de terras de pertencimento coletivo de um grupo social autodenominado tiradores de açaí, mas especificamente do grupo familiar Monteiro, na Ilha Queimada. Resultados das pesquisas mostram que o processo de intensificação das relações formais com a terra e o território, através do reconhecimento da Ilha Queimada como Projeto de Assentamento Agroextrativista e a crescente inserção no mercado principalmente através da intensificação da venda do açaí tem concorrido para um processo de “invisibilização formal” de suas territorialidades específicas e para o reordenamento territorial das terras ocupadas pelos tiradores de açaí apontando para novos desafios e oportunidades diante do reconhecimento formal de suas posses.

Palavras-chave: tiradores de açaí, processo de territorialização, territorialidades específicas

ABSTRACT

This case study on one of the islands that make up the political and administrative clipping Afua, municipality pertaining to Marajó, seeks to contribute to the understanding of the territorialization process and construction of specific territoriality of traditional communities in intensifying contexts of market relations and formalization of land relations. Discusses social relationships that result in physical boundaries of collective belonging land of a social group calling itself collectors of açaí, but specifically the Monteiro family group in Burnt Island. Results of the research show that the intensification process of formal relations with the land and territory, by recognizing the Burnt Island as Agroextractive Settlement Project and the growing insertion in the market mainly through intensification of acai sales has contributed to a process of "formal invisibility" of their specific territoriality and the territorial reordering of land occupied by collectors of açaí pointing to new challenges and opportunities before the formal recognition of their possessions.

Keywords: açaí collectors, territorialization process, specific territorialities

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO	8
1.1 Os protagonistas da história	8
1.2 Incursões do pesquisador no universo: teoria e práxis	10
1.3 Objetivos.....	12
1.3.1 Objetivo geral	12
1.3.2 Objetivos específicos.....	12
CAPÍTULO 2. OS (DES)CAMINHOS DA PESQUISA CIENTÍFICA: PROPOSTA METODOLÓGICA E REVISÃO DE LITERATURA	13
2.1 Metodologia.....	13
2.2 Revisão de literatura	18
CAPÍTULO 3 – AS TERRAS DE PERTENCIMENTO COLETIVO DOS MONTEIRO DO RIO PRETO	25
3.1 Terra para os fregueses Monteiro	25
3.2 Terra para os fregueses Porfírio.....	30
4. CAPÍTULO: AS UNIDADES ESPACIAIS DOS MONTEIRO DO RIO PRETO: O RESULTADO DO PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO.	46
4.1 Marcos definidores dos limites das terras de pertencimento.....	51
5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61
REFERÊNCIAS	64

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO

1.1 Os protagonistas da história

Para começar esta monografia e visando inserir o leitor no universo pesquisado, tomamos como base os passos de Pantoja (2008), isto é, começaremos apresentando os sujeitos desta pesquisa, os protagonistas da história contada neste trabalho: os Monteiro do rio Preto.

Rosemiro Monteiro nascido em Afuá, mais precisamente na ilha do Pará às margens de um rio chamado Cotia onde vivia com o seu pai. Quando Rosemiro Monteiro tinha treze anos de idade seu pai faleceu. Sozinho, Rosemiro foi adotado por José Carvalho passando a trabalhar em sua embarcação. José Carvalho, que intitulava-se dono de terras na Ilha Queimada, especificamente às margens do rio Preto, era também importante comerciante local que frequentemente fazia viagens à Belém para levar produtos oriundos da floresta. Primeiramente como cozinheiro, logo Rosemiro Monteiro passou a ser piloto da embarcação e “encarregado”, isto é, atuava como a pessoa de confiança do dono da embarcação. Deste modo, Rosemiro Monteiro mantinha, ao mesmo tempo, relações de parentesco e de trabalho com José Carvalho.

Nas viagens realizadas entre as ilhas do Marajó até Belém do Pará havia a necessidade de parar em alguns portos, seja para abastecer a embarcação de produtos, para descanso da tripulação ou ainda para aguardar o momento ideal para a chamada travessia dos rios da região. Numa dessas paradas, na cidade de Chaves, Rosemiro Monteiro conheceu Antonia Amorim com quem se casou estabelecendo-se no município de Chaves.

No início da década de 1960, Rosemiro e Antonia já com os filhos Floraci, José, Laura e Rosildo mudaram-se, na condição de fregueses, para trabalhar nas pretensas terras do seu pai adotivo José Carvalho, que neste período já estavam sendo administradas pelo seu filho, também chamado José Carvalho. Desta maneira, iniciou-se o processo de territorialização dos Monteiro nas terras às margens do rio Preto, lócus da pesquisa.

Rosemiro Monteiro morreu no dia 02 de fevereiro 1990, aos 55 anos de idade em decorrência da queda de um açazeiro.

Antonia Amorim, 76 anos, filha de Benedita Amorim. Sua vida está relacionada aos desmandos dos patrões, pretensos donos das terras de Afuá, que tinham o poder de instalar e expulsar os seus fregueses de acordo com seus interesses.

Dentre as instalações e expulsões das ilhas que compõem o município de Afuá,

Antonia Amorim acabou indo morar no município de Chaves devido ao segundo casamento de sua mãe Benedita. Foi no município de Chaves que conheceu Rosemiro com quem casou-se e formou família. Desde o casamento com Rosemiro Monteiro suas histórias se cruzaram até a morte de seu marido em 1990 quando, pouco tempo depois, Antonia decidiu morar na cidade de Santana, no Estado do Amapá, passando a responsabilidade de continuar com os negócios entre patrão e família freguesa ao seu filho mais velho José Amorim Monteiro, o Trevoada.

Antonia Amorim e Rosemiro Monteiro tiveram sete filhos: Floraci, José, Laura, Rosildo, Rosivaldo, Zenaide e Zeneide. Destes sete, cinco permaneceram nas terras destinadas aos fregueses Monteiro e estabeleceram núcleos familiares. Estes são os protagonistas desta história: José Monteiro, chamado de Trevoada, Rosildo Monteiro, chamado de Jacura, Rosivaldo Monteiro conhecido por Mata Gato, Zeneide Monteiro e Zenaide Monteiro.

José Amorim Monteiro, o Trevoada, 58 anos, tirador de açaí, liderança sindical. Ainda criança costumava viajar com seu pai na embarcação do patrão José Carvalho. Segundo filho de Antonia e Rosemiro, chegou ao rio Preto aos 5 anos de idade. Com a morte de Rosemiro herdou a responsabilidade de manter o acordo tácito entre os fregueses Monteiro e os patrões Carvalho. Casou-se com Maria Porfíria Batista que morava na ilha Queimada, às margens do rio Portel. Trevoada viveu a transformação paulatina dos seringais das terras dos pretensos donos, os Carvalho, em açais e a concomitante transformação das relações de parentesco e trabalho entre as duas famílias.

Maria Porfíria Batista, 55 anos, filha de Pedro e Maria, casou-se com Trevoada. Dona Porfíria como é chamada, além dos cuidados domésticos, vende plantas e produtos do roçado para compradores estabelecidos nos portos das cidades de Macapá e Santana no estado do Amapá. Apesar do grupo social estabelecer um menor prestígio econômico se comparado ao comércio do açaí, as vendas de D. Porfíria têm significado importante na composição da renda familiar, principalmente no período de escassez do fruto do açazeiro.

Rosildo Monteiro, o Jacura, tem 53 anos, é tirador de açaí, o primeiro filho de Rosemiro e Antonia a nascer às margens do rio Preto. Rosildo, diferentemente dos irmãos, não estabeleceu seu núcleo familiar, na Vila Monteiro no rio Preto, preferiu morar as margens de outro rio, o Laranjal, que marca o limite das terras de pertencimento coletivo dos Monteiro. Outro fato que diferencia o núcleo familiar de Rosildo é o fato dele não ser casado com um membro da família Batista, casou-se com D. Fátima com quem têm quatro filhos: Ronildo de 18 anos, Roseli de 15 anos, Rogildo de 10 anos e Maria de Jesus de 5 anos.

Rosivaldo Monteiro, o Mata Gato, é tirador de açaí, casou-se com Isabel Batista, a Dona Idoça. Rosivaldo ostenta a fama de ser aquele que mais conhece as terras de pertencimento coletivo dos Monteiro, o mesmo associa este conhecimento à atividade de extração de madeira em tora que praticou durante muito tempo. Por esta habilidade Rosivaldo Monteiro teve papel importante na divisão das terras entre os cinco filhos de Rosemiro e Antonia. Atualmente sua atividade principal é a extração do açaí.

Zeneide Monteiro, 44 anos, assim como seus irmãos José e Rosivaldo, casou-se com um Batista, Anfrízio Batista, mais conhecido com Baié. Enquanto Baié sai para tirar açaí, dona Zeneide se desdobra entre os afazeres domésticos, os cuidados com os filhos, o trabalho no açailal cuidadosa e estrategicamente plantado nas proximidades da casa, além do trato no chamado roçado.

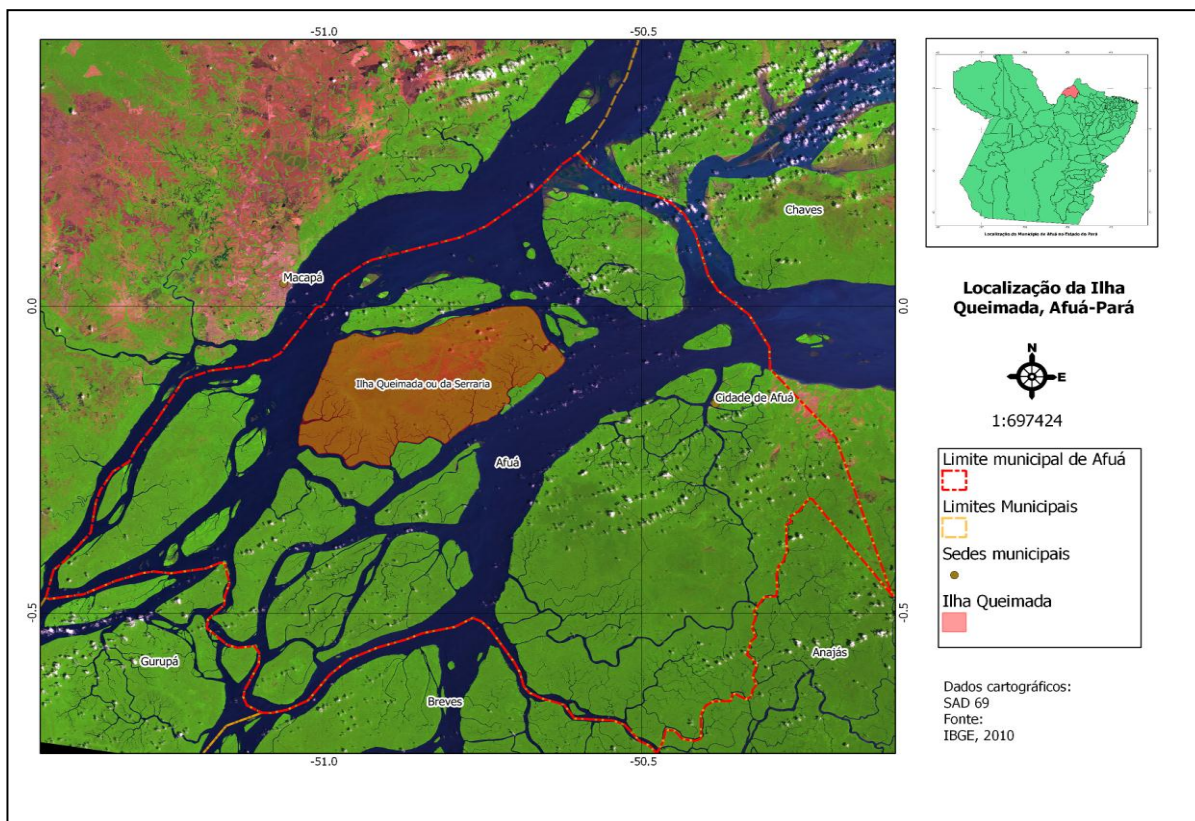
Por fim, **Zenaide Monteiro**, 42 anos, casou-se com José Batista, o Zequita, que além de tirar açaí, faz o papel de atravessador, comprando açaí dos tiradores localizados no rio Baiano para revendê-lo em Macapá e Santana. O núcleo familiar de Zenaide e Zequita destaca-se também por ser o único, dentre a segunda geração dos Monteiro a não possuir terras às margens do rio Laranjal, pois no ano de 2008, decidiram vender estas terras para Abimael Batista, genro de José Monteiro.

Sobre a história e o cotidiano dessa gente que debruçou-se o pesquisador para buscar compreender, através do estudo de caso, o processo de territorialização das chamadas populações tradicionais que perpassam, atualmente, por ações de ordenamento formal de suas terras.

1.2 Incursões do pesquisador no universo: teoria e práxis

A proposta de estudar os Monteiro do rio Preto se deu a partir da união do interesse pessoal do pesquisador em estudar um projeto de assentamento agroextrativista, uma vez que exerço minhas atividades profissionais na Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária em Belém e também devido a participação no grupo de estudo “Direito e gestão de recursos naturais na produção familiar de povos e comunidades tradicionais-locais” do qual participei como estudante do Mestrado em Agricultura Familiares e Desenvolvimento Sustentável/UFGA entre os anos de 2011 e 2013. Um dos sítios de pesquisa do grupo é a Vila Monteiro, localizada na Ilha Queimada, município de Afuá, Estado do Pará (Mapa 1).

Mapa 1 – Mapa de Localização da Ilha Queimada, Afuá-Pará



Fonte: Adaptado de (IBGE,2010)

Para tanto, buscou-se estudar a construção e manutenção das territorialidades dos Monteiro, suas regras e normas que definem os limites, as fronteiras e determinam os usos dados às suas terras de pertencimento coletivo, e formação de suas unidades espaciais de moradia e trabalho num contexto de intensificação das relações com o Estado, através da implementação do projeto de assentamento agroextrativista Ilha Queimada, desde o ano de 2008.

Este estudo vem sendo desenvolvido desde 2011 através de diversos pesquisadores¹ e vem se mostrando um estudo emblemático no sentido de que o projeto de assentamento agroextrativista Ilha Queimada insere-se na dinâmica de aumento do número de projetos de assentamento de cunho agroextrativista no Brasil, notadamente intenso na Amazônia². Portanto, seu estudo contribuirá para o entendimento da criação, manutenção, potenciais

¹Destacam-se o trabalho de Barbosa (2012), Salles (2012), Silva (2013) e Aranha (2014).

² De acordo com INCRA (2016) atualmente o município de Afuá conta com 18 projetos de assentamentos agroextrativistas reconhecidos, são eles: PAE Ilha do Meio, PAE Ilha Maracujá I, PAE Ilha Rasa, PAE Ilha do Teles, PAE Ilha Caldeirão, PAE Ilha Conceição I, PAE Ilha Salvador, PAE Ilha Queimada, PAE Ilha dos Carás, PAE Ilha Panema, PAE Ilha Jurupari I, PAE Ilha Baiano, PAE Ilha Charapucu, PAE Ilha, PAE Ilha do Pará, PAE Ilha Marajozinho, PAE Ilha Ararama I, PAE Ilha Cajuuna, PAE Ilha Jurara.

oportunidades e conflitos inerentes a esta forma de intervenção do Estado que são os projetos de assentamento agroextrativistas implementados nas ilhas e áreas reconhecidas formalmente como sendo parte do patrimônio da União, além de analisar as interferências no modo de vida dos sujeitos afetados pela política estatal de reordenamento fundiário.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo geral

Analisar as transformações nas relações sociais que resultam em delimitações físicas de terras de pertencimento coletivo de unidades familiares dos tiradores de açaí, que ensejaram a formação de unidades espaciais, num contexto intensificação das relações de mercado e de implementação de um projeto de assentamento agroextrativista.

1.3.2 Objetivos específicos

Descrever as relações sociais associadas aos processos de delimitação física de terras de pertencimento coletivo das unidades familiares da vila Monteiro;

Identificar essas delimitações físicas e unidades espaciais de moradia e trabalho por métodos de mapeamento participativo;

Analisar as relações sociais associadas a essas delimitações no contexto de implementação do PAE Ilha Queimada.

CAPÍTULO 2. OS (DES)CAMINHOS DA PESQUISA CIENTÍFICA: PROPOSTA METODOLÓGICA E REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Metodologia

Em estudos como o aqui descrito, que utilizam metodologias qualitativas, Goldenberg (1999) ressalta que a escolha de um assunto ou tema de pesquisa não surge de forma espontânea, mas decorrem de interesses e circunstâncias condicionadas socialmente. Assim sendo, a visão do pesquisador encontra-se condicionada pela história, pela posição do pesquisador na sociedade, além das correntes de pensamento existentes.

Diante das possibilidades teórico-metodológicas expostas, destacam-se neste trabalho as técnicas de coleta de dados qualitativos utilizadas, a entrevista e a observação direta e participante como forma de captar as experiências e práticas sociais dos que ali vivem e se relacionam, procurando sempre relacioná-las às condições sociais de sua produção, evitando, com isso, naturalizá-las (HAGUETTE, 2005). Além da observação direta e participante, as entrevistas serviram como instrumento importante na leitura do grupo social como espaço marcado pelo contato-conflito com outros agentes sociais e, deste modo, possibilitaram ao pesquisador apreender “as múltiplas verdades construídas segundo diferentes lugares e posições sociais” (CAUME, 2006. p.18), pois através da coleta das narrativas orais de pessoas inseridas na dinâmica social dos Monteiro, na ilha Queimada, pode-se vislumbrar as práticas que resultam das relações sociais dos grupos e interesses que ali procuram manter-se.

Os dados quantitativos de ordem concreta, tais como tamanho da área do projeto de assentamento agroextrativista, quantidade de famílias, número de associações, políticas públicas acessadas pelos beneficiários a partir de 2008 (ano de criação do assentamento), entre outros, foram obtidos junto aos documentos oficiais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e Secretaria do Patrimônio da União.

Atenção especial foi dada aos mapas, importantes instrumentos de representação espacial dos agentes sociais, pois deixa evidentes os limites e fronteiras de suas atuações, bem como os símbolos e signos que os mesmos ativam buscando tornar legítimo e eficaz seu projeto de apropriação e dominação do espaço e manutenção de suas territorialidades específicas. A superficialidade do mapa desaparece quando ele é analisado tendo como referência os sujeitos que os produziram. Conforme Almeida (1994);

[...] na medida em que o mapa é constituído e projetado a partir de uma determinada posição na estrutura social e de um lugar institucional próprio, ele se inclina para a parcialidade de quem o produziu. A aparente neutralidade na reprodução dos acidentes físicos e de elementos da natureza fica comprometida quando se detectam disputas pelo controle da terra, dos recursos hídricos (rios, igarapés, lagoas, lagos, furos e paranás), das extensões de ocorrência de espécies vegetais passíveis de uso industrial (babaçuais, castanhais, açazais, jaborandis), das florestas (estacionais e ombrófilas), das capoeiras e dos recursos minerais. É mais do que utópica e despolitizada a extrema fidelidade ao —reall dos geógrafos (ALMEIDA, 1994, p 25-26, grifo do autor).

Saber representar o espaço e se representar nele é, portanto, um saber estratégico, não somente pelo domínio do conhecimento sobre o território representado, mas também pela imposição do ponto de vista do sujeito que produziu o mapa, carregado de símbolos que corroboram para tornar o seu projeto hegemônico.

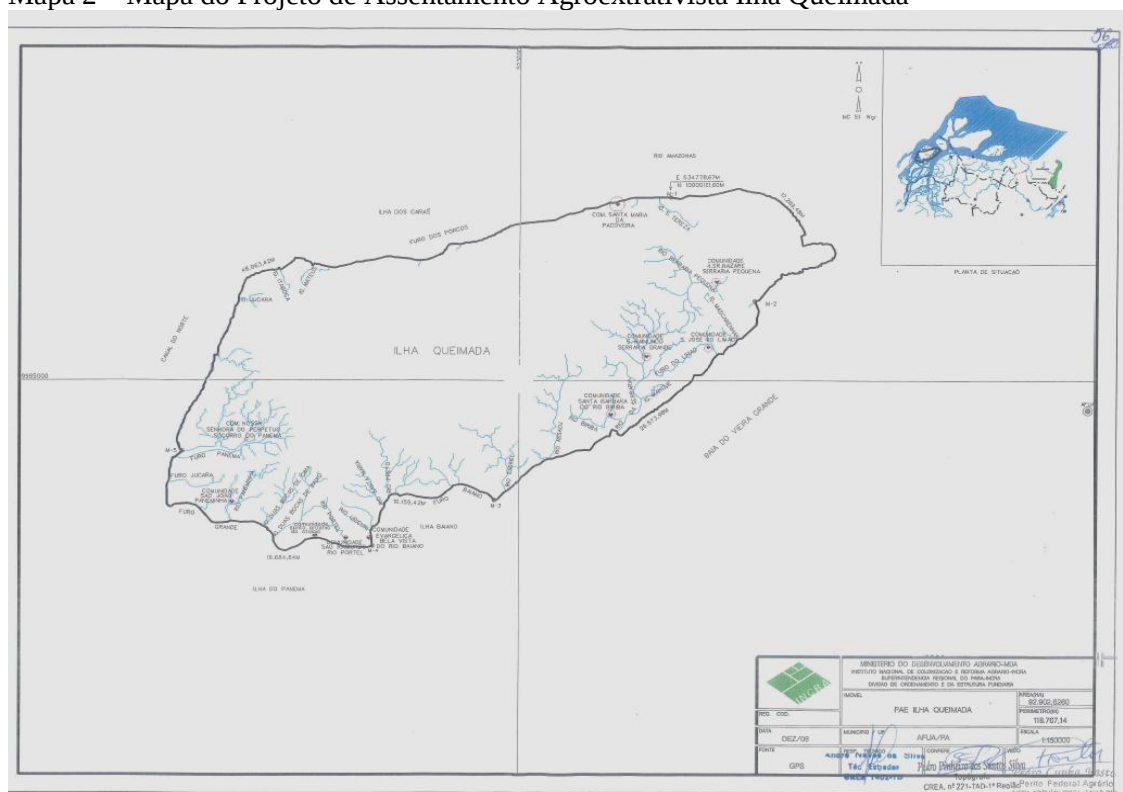
Diante disso, utilizou-se as representações cartográficas dos dois atores pólos das relações sociais estudadas neste trabalho, o Estado e os tiradores de açaí da Vila Monteiro.

A produção cartográfica estatal sobre a ilha Queimada remete às políticas de ordenamento territorial implementadas pelo Estado, e encontra-se mais precisamente na documentação oficial referente ao reconhecimento da ilha enquanto área pertencente à União e depois o seu reconhecimento como Projeto de Assentamento Agroextrativista Ilha Queimada (Mapa 2). Portanto, os mapas estatais produzidos sobre a ilha são entendidos aqui como instrumentos para a intervenção no espaço, pois são capazes de transpor para o plano não somente as distâncias e as superfícies da ilha, mas também representá-la de acordo com as finalidades do Estado, isto é, a garantia do domínio sobre o território e seus recursos.

O mapa acima, produzido para subsidiar a criação do projeto de assentamento agroextrativista Ilha Queimada, demarca a área definida, conforme delimitação pelo Estado, para a ilha. Neste, observa-se a imposição da imagem territorial privilegiada a partir da formalização das relações fundiárias, ou seja, o ponto de vista a ser privilegiado na relação com o Estado, dando ao território da ilha uma unidade abstrata, ocultando, através da utilização precisa da escala cartográfica, os tempos e espaços definidos antes de sua intervenção, apesar de que ainda estão dinamicamente sendo criados e recriados pelos agentes sociais locais.

O bloco homogêneo representativo da ilha esconde a diversidade dos grupos e pode levar à assunção de uma homogeneidade e unidade entre os grupos sociais que nela vivem, mesmo havendo, por exemplo, grupos que nem se contatam, se desconhecem.

Mapa 2 – Mapa do Projeto de Assentamento Agroextrativista Ilha Queimada



Fonte: (INCRA, 2008)

A confecção de mapas, escalas diferentes de observação e concepção das práticas sociais mostram-se eficazes na legitimação e elaboração de formas de representação do espaço e construção/desconstrução de territórios. Isto é, as práticas sociais e seus contornos espaciais adquirem características particulares com a mudança da escala (LACOSTE, 2008). Assim, as diferentes escalas de observação e representação de uma determinada realidade demonstram as diferenças de conteúdo e de sentido dos fenômenos e práticas sociais presentes no recorte cartografado.

Mas em que escala trabalhar? Qual noção de escala adotar? Nossa proposição aqui é utilizar o entendimento de escala não somente como projeção gráfica, mas como estratégia utilizada pelos agentes sociais para a apreensão da realidade como representação (CASTRO, 2006). Neste sentido, este trabalho utiliza uma noção de escala que vai além da simples relação de proporção entre objetos e superfícies e sua representação em mapas, isto é, limitada somente pelo raciocínio lógico-matemático, mas consiste em uma forma de expressar e representar os diferentes modos de perceber e de conceber a realidade cartografável.

Segundo Castro (2006), a escala é uma medida, porém, não é necessariamente a medida exata do fenômeno ou prática social, ela é a distância escolhida para melhor observá-la, dimensioná-la e mensurá-la. Desta maneira, Castro (2006) ressalta que a análise das

manifestações espaciais das relações sociais através das representações cartográficas requer objetivar os espaços na escala em que eles são percebidos, pois a manifestação espacial de um fenômeno observado de uma determinada escala pode mudar de sentido quando observado de outra.

Para Racine, Raffestin e Ruffy (1983) a escala pode ser vista como um “processo de esquecimento coerente”, pois como não é possível fazer constar em uma representação a realidade em todas as suas dimensões possíveis, a escolha da escala obedece a uma determinada intenção preservando aquilo que é pertinente e invisibilizando outras configurações e manifestações espaciais, tornando evidente a função de mediação entre a intenção e a ação da escala, além de exprimir relações de poder.

No que se refere à produção de mapas por agentes não-estatais, Lacoste (2008) ressalta que existe uma —miopia e um sonambulismo‖ que afetam os movimentos sociais sobre o saber geográfico e a leitura de mapas, que por sua vez são instrumentos essenciais dos Estados e forças militares para o exercício de poder. A superação desta condição está em associar o conjunto das práticas sociais às suas diversas forças de representações espaciais, os seus contornos, dimensões, traçados e limites a fim de constatar coincidências, inclusões, interseções e superposições. Enfim, é necessário reconhecer a dinâmica territorial dos agentes sociais e o seu poder de reconfigurá-la conforme interações e intenções, bem como sua capacidade de atuar em diferentes escalas.

Na tentativa de superar esta “miopia” sobre as terras de pertencimento coletivo dos Monteiro, as representações cartográficas de seus territórios e unidades espaciais serão captadas através da prática do mapeamento participativo, retirando do Estado o monopólio da representação territorial, fazendo do próprio grupo os sujeitos delineadores dos seus territórios.

A partir dos anos 1990, multiplicam-se as experiências de inclusão das populações locais em práticas de mapeamento. A ampliação dos espaços e a diversificação das formas da representação espacial, além da emergência de novas tecnologias e de novos “sujeitos mapeadores”, deram lugar à constituição de um campo de representação cartográfica onde se estabelecem relações entre linguagens representacionais e práticas territoriais, entre a legitimidade dos sujeitos da representação cartográfica e seus efeitos de poder sobre o território (ACSELRAD, 2010, p. 9, grifos do autor).

A apropriação das geotecnologias e suas aplicações por parte de grupos sociais imersos em contextos de instabilidade socioterritorial, devido ao caráter utilitarista dado ao território por parte do Estado e do capital, fomenta a busca de legitimação das reivindicações

pela manutenção das suas condições materiais e simbólicas de sobrevivência, isto é, trata-se de uma busca de resguardar seus domínios territoriais e territorialidades. Portanto, as técnicas de mapeamento participativo, corroboram para o fim do monopólio do Estado como sujeito mapeador, através da assimilação e resignificação do mapa, transformando o campo das relações entre os agentes sociais numa arena de disputa pela legitimidade da representação cartográfica.

Buscou-se, através das técnicas de mapeamento participativo, construir representações cartográficas que fossem, ao mesmo tempo, uma vontade de afirmação da legitimidade política e territorial do grupo social tradicional do rio Preto e ao mesmo tempo instrumento de reivindicação e manutenção de seus espaços de vivência e modos específicos de relacionar-se entre si e com o meio.

A aplicação das técnicas de mapeamento participativo foram operacionalizadas em três momentos distintos formados por oficinas e reuniões cujo objetivo foi a construção das representações espaciais das relações sociais que estabelecem as territorialidades específicas das terras de pertencimento dos Monteiro, bem como evidenciar a divisão das terras de herança e de trabalho entre as unidades familiares (SILVA, 2013).

A primeira atividade foi a realização de uma reunião com membros do grupo social estudado, para informação dos trabalhos que seriam realizados e posterior aceitação. Neste momento foi elaborado croqui das terras de pertencimento coletivo visando fomentar a representação do espaço através de mapas, ainda que sem os elementos que os caracterizam, como escala, legenda e orientação. Uma vez familiarizados com a figura representativa de suas terras, buscou-se construir, a partir das narrativas da memória oral dos indivíduos, um croqui da dinâmica territorial do grupo baseada no passado quando viviam numa relação patronato. Desta maneira, buscou-se a partir da reatualização da memória individual e coletiva, construir uma representação do passado, isto é, a representação das manifestações espaciais dos seringais e da exploração madeireira baseadas no sistema de aviamento e arrendamento das terras.

Na segunda atividade, com auxílio dos membros do Monteiro do Rio Preto, buscou-se elaborar a partir do croqui elaborado, um mapa da dinâmica territorial atual, seus limites, fronteiras, superposições e possíveis fricções entre os territórios e unidades espaciais.

A terceira atividade foi a construção do mapa em escala apropriada para a visualização dos territórios e unidades espaciais dos Monteiro no período das relações patronato e no período atual. Para tanto, o pesquisador com auxílio de aparelho GPS (Global Positioning

System) e membros da família, percorreram as áreas destacadas no croqui a fim de coletar pontos e georreferenciar as mesmas e, desta forma, constatar espaços de vivência, espaços de trabalho. O resultado desta etapa foram dois croquis temáticos que evidenciam a dinâmica territorial da família Monteiro desde período das relações patrão-freguês até o momento atual com o aumento das relações com o Estado e com o mercado (SILVA, 2013).

As atividades ocorreram entre os meses de abril e maio de 2012, período da entressafra do açaí, e outubro de 2012.

Ao final de todo o processo tivemos três formas de representação dos territórios. A representação do Estado, em que a Vila Monteiro não aparece, está, portanto, como afirmam Racine, Raffestin e Ruffy (1983) conscientemente esquecida na construção da unidade abstrata da ilha Queimada. Contrapondo-se a esta invisibilização obtivemos os mapas produzidos pelos Monteiro do Rio Preto que trouxeram à tona a dinâmica de sua construção territorial.

Para este trabalho, se fez a atualização dos croquis que foram resultado do trabalho de mapeamento participativo nas terras de pertencimento coletivo dos tiradores de açaí e a confecção de mapas com os dados conseguidos no trabalho de campo realizado em SILVA (2013).

2.2 Revisão de literatura

Neste trabalho compreende-se que a sociedade é formada por relações que juntas formam um complexo relacional e que a partir de então, pode-se buscar compreendê-las e tornar visíveis os poderes sob diversas formas, níveis e escalas.

Se a análise das relações sociais é capaz de nos fazer compreender o poder e suas manifestações espaciais e temporais, isto torna evidente que há diferentes formas de se exercer o poder, em níveis variados da rede social, não se limitando ao Estado. Pelo contrário, micro-poderes com histórias específicas relacionam-se entre si e com o Estado através de práticas e mecanismos de modo a manter sua sustentação e atuação de forma eficaz.

A aparente ausência de poder entre os elementos do campo de relações é ilusória, seus movimentos, coalizões, resistências, dissimetrias, fricções e conflitos são permeados por correlações de força. Essas correlações são na verdade, feitos do poder que é imanente de toda a relação que é o lugar do confronto, ou como ressalta Raffestin (2011), “onde uma parte viola a outra” tendo como base as diferenças sociais de espaço e tempo.

Mas o que é este poder que soa como ente onipresente nas relações de que fala Raffestin (2011)? É através das análises sobre poder de Michel Foucault que se buscará responder a esta pergunta.

Dizendo poder, não quero significar “o poder”, como um conjunto de instituições e aparelhos garantidores da sujeição dos cidadãos em um estado determinado. Também não entendo poder como um modo de sujeição que, por oposição à violência, tenha a forma de regra. Enfim, não o entendo como um sistema geral de dominação exercida por um elemento ou grupo sobre o outro e cujos efeitos, por derivações sucessivas, atravessem o corpo social inteiro. A análise em termos de poder não deve postular, como dados iniciais, a soberania do Estado, a forma da lei ou a unidade global de uma dominação; estas são apenas e, antes de mais nada, suas formas terminais. Parece-me que se deve compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de forças imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais (FOUCAULT, 1993, p. 88-89).

Partindo da crítica à teoria política tradicional que atribuía ao Estado o monopólio do poder, Foucault (2004) torna evidente que a sociedade é marcada por uma vasta rede de relações que sustentam práticas sociais designadas como micro-poderes, que atravessam toda a estrutura social. Portanto, promove-se um deslocamento de foco na análise do poder retirando do Estado a figura de centro, detentor de poder que se espalha em direção aos níveis mais baixos da sociedade, numa análise descendente, para partir do inverso, ou seja, dos micro-poderes que perpassam a sociedade e ver como eles se relacionam com o Estado, numa análise ascendente.

O poder, portanto, é exercido, isto é, algo que se efetua mediante relações entre agentes sociais, que afeta a sociedade através de um funcionamento em forma de rede. Esta trama que perpassa pelo corpo social não é uma coisa, não é propriedade de ninguém. Materialmente, o poder não existe, mas é exercido através das relações que sustentam as práticas dos agentes sociais. Deste modo, desfaz-se a visão maniqueísta da realidade tão presente em discursos políticos e científicos, uma vez que não há aqueles que detêm o poder e que, por tal motivo, seriam os dominantes e de outro lado, subjugados aos primeiros, os dominados, por não o deterem.

A idéia do que existe, em um determinado lugar, ou emanado de um determinado ponto, algo que é um poder, me parece baseada em uma análise enganosa e que, em todo caso, não dá conta de um número considerável de fenômenos. Na realidade o poder é um feixe de relações mais ou menos organizado, mais ou menos piramidalizado, mais ou menos coordenado. Portanto, o problema não é de constituir uma teoria do poder que teria por função fazer o que um Boulainvilliers ou um Rousseau quiseram fazer (FOUCAULT, 2004, p. 248).

Podemos, portanto, fazer a leitura das relações sociais historicamente estabelecidas pelos Monteiro, desde o seu estabelecimento como fregueses nas terras do patrão José Carvalho às Margens do rio Preto em Afuá-Pará, seguidas de suas lutas e reivindicações até serem reconhecidos como os Monteiro do rio Preto, e atualmente, com alguns membros atuando como lideranças locais junto ao sindicato e associações perante o Estado, não podem ser vistas simplesmente como a luta de dominados contra dominantes. Esta visão simplificada escamotearia a diversidade de agentes sociais envolvidos, as redes e tessituras de micro-poderes que garantiram e garantem até os dias atuais a construção e manutenção e reinvenção cotidiana das terras de pertencimento coletivo dos Monteiro, isto é seu território e territorialidade. Neste sentido, afirma Raffestin (2011);

O território não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São eles que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Há, portanto um “processo” do território, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder [...] (RAFFESTIN 2011, p. 7-8).

As relações de poder entre os diferentes agentes sociais constituem-se em elementos que ao mesmo tempo animam, objetivam o território mais também são capazes de desagregá-lo, isto é, as práticas sociais que garantem aos Monteiro suas terras de pertencimento coletivo, resultado de relações sociais historicamente (re)produzidas e o poder que decorre destas relações sociais, que de forma nenhuma é possuído, mas sim exercido, e por esta característica mostra-se fluído no âmbito das relações concretas e, por isso, mutável. “Justamente por ser relacional, o território é também movimento, fluidez, interconexão – em síntese e num sentido mais amplo, temporalidade” (HAESBAERT, 2004, p. 101).

Entendemos que ao mudar de freguês a posseiro e deste a assentado do Programa Nacional de Reforma Agrária, as posições sociais e relações de poder vão sendo questionadas e alteradas de acordo com as mudanças na organização social e práticas jurídicas definidas localmente. Este processo dinâmico eivado de conflitos e resistências manifesta-se espacialmente através da reconstituição das territorialidades específicas que se forjarão

conforme a capacidade específica de poder de cada agente social e dos enquadramentos formais que se dão fora da localidade.

A partir das proposições de Raffestin (2011) e dos resultados obtidos na pesquisa de campo, entende-se que as relações estabelecidas entre as unidades familiares que formam os Monteiro do rio Preto e o pretense dono das terras, isto é, o antigo patrão, e, atualmente, com o Estado e agentes de mercado dão o suporte necessário para a compreensão das transformações das relações fundiárias no que hoje são as terras de pertencimento coletivo dos Monteiro. Estes são, portanto, os agentes sociais privilegiados neste estudo.

No recorte espacial estudado, o patrão mantinha relações de poder assimétricas baseadas, num primeiro momento, no sistema de aviação dos produtos coletados na floresta e trocados no comércio, bem como em deveres morais mútuos e depois no arrendamento das terras pretensamente suas. O Estado, por sua vez, busca estender sua malha técnica para poder “ver” controlar as forças sociais e exercer seu poder, para isso criou o projeto de assentamento agroextrativista e suas fronteiras bem definidas. Já os Monteiro, mesmo com a crescente interferência Estatal, via de regra, permanece estabelecendo suas relações entre si e de si com a terra a partir de seus próprios códigos e normas, negligenciando as fronteiras traçadas pelo Estado.

Ao analisar as relações sociais das unidades familiares dos Monteiro e observar as suas manifestações espaciais e temporais, verifica-se um dinâmico processo de construção e manutenção de suas territorialidades, desde a relação patrão-freguês até os dias atuais. O que se vê é a construção cotidiana do projeto da comunidade, cujo objetivo é garantir a manutenção de seu modo de vida que está intimamente ligado à defesa de seu território. Desta maneira, os Monteiro, são vistos por nós como um ator sintagmático, cujo programa resiste a um processo de desestruturação-reestruturação fundado no controle do Estado.

A manifestação espacial da relação entre Estado e as unidades familiares da Vila Monteiro, enquanto atores coletivos é o encontro de duas concepções distintas de território, a do Estado com os limites definidos pela organização formal das leis que regem o uso das terras do projeto de assentamento agroextrativista e, a definição da comunidade marcada pela dinâmica e transitoriedade do território, cujas dimensões e usos variam à margem de qualquer formalização.

A partir deste ponto de vista, ao território corresponde “o conjunto de nossas experiências ou, em outras palavras, relações de domínio e apropriação, no/com/através do espaço” (HAESBAERT, 2004, p. 78). Observa-se que para o autor, o que define o território

não é somente a sua “carga”, material e funcional, nem tampouco a sua dimensão simbólica e identitária, o foco está nas relações de poder que se materializam através de práticas sociais que se manifestam espacialmente. No entanto, de acordo com Haesbaert (2004, 2009), há momentos em que a construção dos territórios, não se dá em seu sentido pleno, isto é, na imprescindível materialização das relações de poder. Por este motivo, o autor, por vezes utiliza a expressão territorialidade, para evidenciar que em determinados arranjos de relações de poder a materialização do território (enquanto espaço apropriado concreta e/ou simbolicamente) pode ser suprimida sem que as práticas sociais que o garante nas mãos de um grupo ou sociedade sejam eliminadas.

Nas relações priorizadas neste trabalho, isto é, as relações sociais das unidades familiares dos Monteiro que na definição dos limites concretos e/ou simbólicos de sua territorialidade específica relacionaram-se intensamente com o patrão, pretendo dono das terras por eles ocupadas e, atualmente, as relações estabelecidas com o Estado, os dados da pesquisa indicam diferenças na concepção de território e territorialidades específicas. Enquanto que para o Estado o território é um espaço delimitado e controlado para o exercício de seu poder institucionalizado e formalizado, para as unidades familiares da Vila Monteiro o território é o “produto da apropriação feita através do imaginário e/ou da identidade social sobre o espaço” (HAESBAERT, 1999, p. 39), e pelo modo específico e socialmente reconhecido pelos membros da comunidade de se relacionar com a terra e os recursos naturais. Para os Monteiro, o território é definido pelo estabelecimento e reprodução cotidiana do exercício de sua territorialidade específica.

Apesar da definição de território homogeneizadora proposta pelo Estado, a definição das famílias que constituem os Monteiro é marcada pelo dinamismo, transitoriedade e descontinuidade, características que fogem a qualquer delimitação formal e estanque. Diante desta peculiaridade territorial desta unidade social e, fazendo um elo entre a Geografia e a Antropologia, se adotará a expressão “processos de territorialização” (OLIVEIRA, 1998, p. 10), para explicar as relações sociais que delimitam fisicamente terras de pertencimento coletivo de unidades familiares dos Monteiro tiradores de açai.

Para este autor, a territorialização “é uma intervenção da esfera política (...) que associa um conjunto de indivíduos e grupos a limites geográficos bem determinados” (OLIVEIRA, 1998, p.10). Esta intervenção implica num processo de territorialização, isto é, de reorganização social marcado por um movimento pelo qual uma unidade social “vem a se transformar em uma coletividade organizada, formulando uma identidade própria, instituindo

mecanismos de tomada de decisão e de representação, e reestruturando as suas formas culturais” (OLIVEIRA, 1998, p. 10). Deste modo, os movimentos que desencadeiam os processos de territorialização são resultados das diferentes interações sociais as quais uma unidade social, isto é, uma comunidade ou um grupo, está sujeita e como estas interações serão resignificadas pela mesma.

Para Almeida (2008b), estes diferentes processos de territorialização pelos quais as unidades sociais passam, resultam na construção de territorialidades específicas, ou seja, “delimitações físicas de determinadas unidades sociais que compõem os meandros de territórios etnicamente configurados” (ALMEIDA, 2008b, p.29). Entre os Monteiro as delimitações das terras de pertencimento coletivo são dinâmicas, uma vez que estão sujeitas as relações sociais estabelecidas entre as famílias e outros atores coletivos, bem como mudanças internas de seu ordenamento jurídico.

No processo de territorialização, os meios utilizados pelos atores coletivos assumem papel importante, pois, para por em prática suas estratégias a fim de garantir a realização de seus objetivos, os atores coletivos conclamam uma série de meios, ou mediatos visando adquirir e/ou controlar mecanismos, isto é, atingir um fim. Estes meios são diversos, os atores coletivos podem utilizar, por exemplo, meios financeiros, se estes são poucos, podem utilizar o discurso, se mesmo assim o resultado não for alcançado, pode-se recorrer à violência. Enfim, é a realidade objetiva onde está imersa a relação que irá dizer dentre os meios disponíveis quais serão acionados para a concretização do fim.

A partir das narrativas coletadas no trabalho de campo e dos mapas construídos juntamente com os Monteiro, visualizou-se etapas com três temporalidades e espacialidades distintas no processo de territorialização dos atores coletivos descritos nos esquemas explicativos abaixo:

Num primeiro período, que se inicia com a chegada dos membros da família Monteiro às terras localizadas entre os rio Preto e Laranjal, as relações sociais estabelecidas na ilha Queimada estavam sujeitas ao controle dos patrões, donos das ilhas. Estes, por sua vez, através da coerção direta e uso de violência, mantinham com seus fregueses relações baseadas na exploração da mão de obra e na expropriação do produto do trabalho através do endividamento em situações típicas do sistema de aviação e alienação dos meios de produção, isto é, a terra através do arrendamento. Por meio destes sistemas, explorava-se a borracha no período do ano com escassez de chuvas e a madeira no período chuvoso.

Num segundo momento, observa-se um processo de enfraquecimento das relações de

poder estabelecidas pelo sistema de aviação. Entre famílias freguesas, registram-se ações de resistência individual que são compartilhadas entre os que se encontram na mesma condição. Além disso, outros agentes sociais passam a relacionar-se com as famílias assentadas na ilha pelo patrão, destacando-se a igreja católica, através da Comissão Pastoral da Terra – CPT que passa a atuar na formação de lideranças locais e o sindicato de trabalhadores rurais, que passa a atuar como mediador na relação das comunidades da Ilha Queimada e as esferas de governo.

O terceiro e último, correspondente ao período atual de formalização do ordenamento territorial, as famílias que habitam a ilha Queimada vem passando por um processo de reordenamento formal dos modos de posse e uso da terra. Observa-se um deslocamento do privilégio dado às relações intra e interfamiliares e laços de solidariedade para uma outra forma de representação social e política na Ilha, isto é, a partir deste período, as decisões referentes a questões levantadas pelos habitantes da ilha perpassam pela representatividade e legitimidade das associações formalizadas, ente privilegiado na comunicação com as esferas de Estado.

Atualmente esta relação encontra-se em processo de contestação por parte dos reconhecidos como beneficiários da reforma agrária, uma vez que as políticas públicas a eles prometida quando do reconhecimento formal da ilha como projeto de assentamento extrativista não surtiram o efeito esperado ou simplesmente não foram aplicadas, resultando consequentemente no questionamento às entidades que davam suporte a tais políticas como as associações e o sindicato.

CAPÍTULO 3 – AS TERRAS DE PERTENCIMENTO COLETIVO DOS MONTEIRO DO RIO PRETO

Neste capítulo procurar-se-á evidenciar a delimitação das terras de pertencimento coletivo, a construção e a manutenção cotidiana da territorialidade dos autodenominados Monteiro do rio Preto. Para isso, utilizaremos como instrumentos facilitadores os mapas construídos juntamente com os membros das unidades familiares da Vila Monteiro, bem como suas narrativas coletadas em entrevistas.

A construção e a manutenção da territorialidade específica dos Monteiro foram sendo forjadas no decorrer de sua trajetória histórica, isto é, as normas e regras que definem a delimitação do que hoje se compreende como sendo suas terras de pertencimento coletivo são o resultado de profundas transformações e ressignificações das relações estabelecidas entre os Monteiro com a natureza e também com outros agentes sociais, desde o patrão e seus herdeiros, passando pelos outros chamados fregueses, o sindicato e a igreja católica e, atualmente, com o Estado.

Assim, no decorrer dos anos de relação dos Monteiro com o que hoje são suas terras de pertencimento coletivo observa-se o caráter circunstancial de suas delimitações, isto é, os limites e fronteiras mostram-se ora mais flexíveis e passíveis de alterações por intervenções de agentes sociais externos, como os patrões, ora mostra-se mais inflexível às intromissões, mantando-se fiel aos códigos definidos localmente. Deste modo, as terras de pertencimento coletivo dos Monteiros revelam-se “mais definitivas ou contingenciais, dependendo da correlação de força em cada situação social de antagonismo” (ALMEIDA, 2008b, p. 51).

Buscando captar o dinamismo da territorialidade dos Monteiro, reconstituiremos a partir de suas narrativas a sua história enquanto grupo social e com o auxílio de mapas a evidenciaremos sua íntima relação com a terra e os recursos naturais.

3.1 Terra para os fregueses Monteiro

A biografia de Rosemiro Monteiro e Antonia Amorim, ponto de partida para a compreensão da história dos Monteiro, sempre foi permeada por processos de territorialização-desterritorialização-reterritorialização³ que se materializaram no arrendamento de terras de pretensos patrões entre as ilhas que compõem os municípios

³ Esta discussão baseia-se em Saquet (2007), para o qual os processos de Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização “são simultâneos e podem ocorrer no mesmo lugar ou entre diferentes lugares, no mesmo momento ou em distintos momentos e período históricos, de acordo com cada situação, cada relação espaço-temporal” (p.111).

vizinhos de Afuá e Chaves, uso de violência e expulsões das terras, alienação dos meios de produção por parte dos patrões e pela busca de condições de sobrevivência em outras “paragens”⁴.

Em pesquisa feita por Barbosa (2012), sobre o lado materno dos Monteiro, isto é, a família Amorim, ressalta-se que duas gerações anteriores à Antonia Amorim, sua família já encontrava-se sob o jugo dos patrões, pretensos donos das ilhas de Afuá, vivenciando a violência da expulsão de terras onde viviam em situação de aviamento ou arrendadas para o trabalho. Uma vez expulsos tiveram que reterrorializar-se em outra ilha, em condições ainda mais adversas, pois havia escassez de produtos comercializáveis que pudessem ser negociados com os barcos que iam vender produtos da floresta em Belém.

Já Rosemiro Monteiro tem sua trajetória de vida ligada ao comércio dos produtos florestais, pois com treze anos idade passou a trabalhar como embarcadiço⁵. Na memória oral dos entrevistados, o lado paterno apresenta um vínculo com a família patrão, os Carvalho, sendo Rosemiro referido como filho de criação de José Carvalho (pai).

A vida das duas personagens que iniciam a trajetória do que hoje vem a se constituir os Monteiro do Rio Preto, tem, portanto, suas existências ligadas aos diversos modos de expropriação a que estavam sujeitos os ditos fregueses das diversas ilhas que compõem o arquipélago marajoara. Assim, apesar de neste trabalho o ponto de partida ser o estabelecimento de Rosemiro Monteiro e sua família nas terras do pretense dono José Carvalho para trabalhar como freguês, esta relação de trabalho/exploração eram comumente realizadas nas ilhas dos municípios que compõem o Marajó e outras regiões da Amazônia conforme as narrativas locais e a historiografia da região.

De acordo com os relatos colhidos em pesquisa de campo e os trabalhos de Barbosa (2012) e Sales (2012) do grupo de pesquisa “Direito e gestão de recursos naturais na produção familiar de povos e comunidades tradicionais-locais”, foi no município de Chaves, no rio de nome Nascimento que Rosemiro Monteiro e Antonia Amorim se estabeleceram e iniciaram a trajetória dos Monteiro, lá tiveram seus primeiros filhos: Floraci, José, Laura e Rosildo.

Porque meu pai era piloto de embarcação à vela, nesta época, (meados da década de 1950) tinha muita embarcação à vela, não tinha à motor, e no tempo de vela para ir para Belém, era na canoa freiteira, era obrigado que

4 Paragem é um termo utilizado localmente para designar o lugar onde se para.

5 O termo “embarcadiço” refere-se aos homens cuja profissão está ligada ao trabalho em embarcações, no caso aqui estudado, tais embarcações transportavam os produtos comercializados com os habitantes das ilhas e várzeas, em geral, fregueses do dono da embarcação, isto é, o patrão não só alienava os meios de produção dos fregueses como também controlava a circulação dos produtos.

eles fossem por fora, pelo oceano, porque tinha muito vento lá para eles viajarem. Quando motorizou a embarcação, quando chegou o motor deles, eles mudaram a rota, a linha deles. Ao invés de viajar pelo oceano, eles viajavam aqui por cima que o motor leva, porque já não carecia mais de vela. Então foi nessa época que foi obrigado nós vir morar para cá (década de 1960), já não precisava mais viajar por lá (informação verbal) ⁶.

O rearranjo da rota de viagem até Belém e a introdução do motor desfavoreceram Rosemiro Monteiro, pois, não havia mais a necessidade de parar no município de Chaves, onde fixara residência. Diante do estorvo e de um fato inesperado, um incêndio em sua residência, sobrou-lhes aceitar a proposta de instalar-se na condição de freguês nas terras dos Carvalho.

Aí, eu sei que, aí de lá meu pai casou com a minha mãe, ainda morou um tempo e queimou a nossa casa. Aí queimou a casa e ela ficou desgostosa. Aí que eles vieram essa época de Chaves, que ela teve o Rosildo em Chaves, que ela fala. (...). Aí eu sei que ela morou muito tempo, a vida dela, a juventude da mamãe tudo foi lá no Marajó, que ela morou (...). Quando a minha mãe veio pra cá, aquele meu irmão dali, Rosildo, tava bebezinho, né (...) minha mãe já tinha a Floraci, já tinha o Zé, a Laura e o Rosildo, já eram quatro filhos, né (informação verbal) ⁷.

Rosemiro Monteiro e Antonia Amorim com seus filhos estabeleceram-se na condição de fregueses na margem direita do rio Preto, nas terras do pretense dono José Carvalho (pai), que já estavam sendo administradas pelo seu filho, também chamado José Carvalho. Nestas condições, todos os membros da família passaram a trabalhar para o patrão, isto consistia no controle por parte deste último do produto do trabalho familiar, isto é, a produção de seus fregueses.

A instalação dos fregueses Monteiro nas terras do patrão Carvalho estava fundamentada em relações sociais calcadas no sistema de aviamento inicialmente no período da extração da borracha e, com a perda da significância econômica desta passou-se ao arrendamento das terras. Sobre este período, José Monteiro ressalta;

Essa terra aqui era de um pessoal chamado Carvalho, do José Carvalho, esse José Carvalho era dono desse terreno, toda a margem direita do rio Preto, aqui e nos viemos para trabalhar nesse terreno aqui (...). Nós trabalhávamos

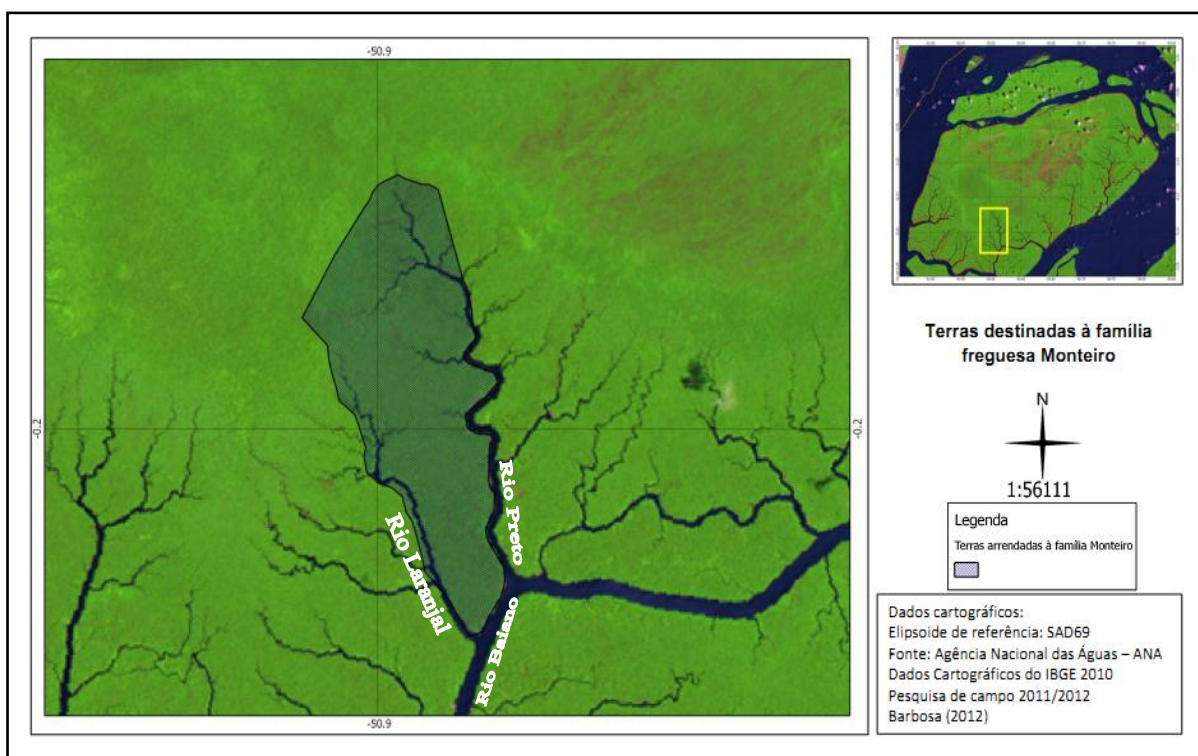
6 MONTEIRO, José Amorim. **José Amorim Monteiro**: depoimento [jul.2011]. Entrevistador: Elton Silva: Afuá, 2011. Arquivo MP4.

7 MONTEIRO, Zenaide. **Zenaide Monteiro**: depoimento [ago.2011] Entrevistadora: Samy Sales: Afuá, 2011. Arquivo MP4

com seringa. Nessa época, da borracha é que tinham os patrões, muitos patrões tinham, cada região dessa tinha vários patrões (informação verbal)⁸.

O terreno a que José Monteiro faz referência compreende as terras que estão entre os rios Laranjal e rio Preto, às margens do rio Baiano conforme a representação cartográfica a seguir:

Croqui1 – Representação das terras do patrão José Carvalho destinadas à exploração da família freguesa Monteiro



Fonte: Elaborado por Elton Garcez em janeiro de 2013 a partir das informações dos Monteiro do rio Preto no trabalho de campo realizado em 2011/2012.

A recente família freguesa Monteiro, reterritorializava-se sob novas condições em outras terras, deixaram o município de Chaves e passaram a viver sem a posse da terra, tendo expropriado o produto do seu trabalho e alienada dos meios de produção, isto é, sua situação territorial precarizou-se. Conforme termo proposto por Haesbaert (2004) a família de Rosemiro e Antonia passou a viver um processo de "territorialização precária", isto é, mesmo tendo sido apropriado materialmente pela família freguesa, o espaço a eles destinado era controlado de fora para dentro, ou seja, pelos patrões, que através da aplicação de mecanismos de coação e, em alguns casos, violência, mantinham ou ao menos tentavam manter, o domínio

8 MONTEIRO, José Amorim. **José Amorim Monteiro**: depoimento [jul.2011]. Entrevistador: Elton Silva: Afuá, 2011. Arquivo MP4.

da terra, das pessoas e dos recursos.

O controle que o patrão exercia sobre o território constituía-se na manifestação espacial da relação de exploração/dominação exercida através da patronagem e esta relação materializava-se economicamente no pagamento da chamada percentagem. O freguês destinava ao patrão trinta por cento da produção familiar, como forma de pagamento pelo uso de suas terras e uma cota de cento e cinquenta quilos do total de seringa retirado por safra, além do controle exercido na esfera da circulação de mercadorias.

O patrão, ele tinha o seringal dele, aí ele botava (os fregueses) para riscar seringa e o que tirasse ele tinha o chamado arrendamento. Eles (os fregueses) pagavam cento e cinquenta quilos por safra e eles (os fregueses) tinham que vender a seringa para o patrão e comprar os produtos dele, não podiam comprar fora. Porque ele tinha toda a mercadoria que o freguês precisava. Eles (os fregueses) trabalhavam assim: eles riscavam, levavam a produção lá (no barracão) e lá ele (o patrão) comprava a produção pelo que ele bem entendesse. Todo tempo o freguês estava devendo, ninguém podia comprar uma terra do patrão por causa dessa transação aí (informação verbal)⁹.

A situação acima descrita remonta à meados da década de 1960 e foi marcada pela relação de exploração/dominação do patrão, dono das terras, e o freguês, expropriado, e precariamente incluído (MARTINS, 1997) na reprodução de um modo de vida camponês baseado em relações econômicas, sociais e políticas cuja a força motriz estava no uso da violência, na coação e endividamento do sistema de aviação e, posteriormente na negação do acesso à terra livre através do arrendamento.

Todo o produto do trabalho familiar, isto é, tudo que era colhido e extraído no trato com os recursos das florestas, era taxado e deveria ser entregue ao patrão José Carvalho, que pretensamente se intitulava “dono da ilha”. Além disso, as compras dos meios de sobrevivência, que iam desde instrumentos de trabalho à gêneros alimentícios, deveriam ser realizadas nos comércios do patrão ou ligados a ele, pois os fregueses eram impedidos realizar transações de compra e venda que não fossem autorizadas pelo patrão e era proibida a preparação de roçados mesmo para a subsistência. Neste período, há o predomínio da exploração econômica da borracha no período de estiagem e, no período chuvoso, da madeira em tora a partir da mão-de-obra das famílias freguesas nas terras dos Carvalho.

Mesmo imersos numa conjuntura desfavorável, pois a mediação do patrão na relação do camponês com as terras ocupadas limitava o seu controle e sua apropriação material e

9 MONTEIRO, José Amorim. **José Amorim Monteiro**: depoimento [jul.2011]. Entrevistador: Elton Silva: Afuá, 2011. Arquivo MP4.

simbólica, fomentava-se ainda que de modo incipiente e instável a construção de um território, pois, de acordo com a memória oral dos entrevistados, ainda que coagidos em um sistema violentamente repressor a que estavam submetidos, a família Monteiro preparava pequenos roçados à revelia do patrão para a garantia da subsistência da unidade familiar que crescia em número de membros.

A preparação dos roçados e o domínio do conhecimento sobre a floresta, adquirido cotidianamente pelo contato direto tornaram viável um processo de territorialização que paulatinamente se consolidava. A constituição de uma territorialidade da família freguesa cuja característica principal era a relativa estabilidade, já que outras famílias sequer tinham um patrão fixo, foi assim capaz de tornar-se um elemento fundamental para a “redefinição do controle social dos recursos ambientais” (OLIVEIRA, 1998, p. 55). Estas práticas e usos divergiam das regras calcadas na relação de dominação/exploração impostas pelo patrão, e ao mesmo tempo, ajudavam a fortalecer os modos específicos de se relacionar com os recursos naturais.

Um que fato ocorrido em 1974 corrobora o controle externo das terras ocupadas pelos fregueses Monteiro e o caráter circunstancial foi a inclusão de outra família para trabalhar nas mesmas terras sob as mesmas condições, isto é, baseadas na relação patrão-freguês. Tem-se início a relação dos fregueses Monteiro com os fregueses Porfírio e destes com os patrões Carvalho.

3.2 Terra para os fregueses Porfírio

De acordo com a pesquisa de campo, na área que compreendia as terras do pretenso dono José Carvalho, isto é, a margem direita do rio Preto, havia vinte e duas estradas de seringa¹⁰, das quais a família de Rosemiro explorava somente duas. Já a madeira era vendida em tora, principalmente durante o período chuvoso (quando diminuía a produção da borracha), e encontrava-se espalhada por toda a extensão de terras. A existência de estradas de seringa que não eram exploradas foi a justificativa utilizada pelo patrão para a entrada dos Porfírio nas terras do patrão. Deste modo, o uso e exploração dos recursos florestais, principalmente a borracha e a madeira passaram a ser repartidos entre as duas famílias que, por sua vez, deviam prestar contas com o patrão.

10 Segundo o estudo realizado por Barbosa (2012), os relatos dos entrevistados indicam que cada estrada de seringa, caminhos abertos para a extração do látex continha em média cento e trinta seringueiras.

[...] eu acho que devia começar [a história] é quando esse terreno aqui era dos Carvalho, era do patrão e nós era freguês [...]. Antes a gente vivia tudo com os pessoal dos Porfírio, que são nossa família aqui de Monteiro e o pessoal dos Porfírio aí em cima, era outra família. Nós trabalhava tudo junto nessa terra, entre o rio Preto e o rio Laranjal [...](informação verbal)¹¹.

Assim como no caso dos Monteiro que tinha em seu Rosemiro a figura do líder, o porta-voz da família freguesa Porfírio era Benedito Porfírio de Oliveira. Outro ponto em comum entre as duas famílias é o histórico de exploração/expropriação que marca suas trajetórias, pois, seu Benedito, antes de se tornar freguês de José Carvalho, já havia sido freguês de outro membro da família Carvalho, Pedro Carvalho, pretendo dono das terras da margem esquerda do rio Preto, além de ter sido anteriormente expulso por patrões de outras terras por ele ocupadas.

A memória oral dos sujeitos enfocados nesta pesquisa revela duas versões sobre a entrada dos Porfírio em terras ocupadas pelos Monteiro, de acordo com relatos colhidos no campo e durante pesquisa de Barbosa (2012), as entrevistas realizadas com membros da família Monteiro evidenciam que Rosemiro Monteiro consentiu e mesmo intermediou a instalação dos Porfírio nas terras ocupadas por sua família. Já os Porfírio relatam que foram colocados nas terras pelo próprio patrão, único que tinha legitimidade para instalá-los.

A área destinada à família freguesa Porfírio destinava-se à extração de látex e ficava no denominado “centro”¹², nas proximidades do rio Jacariúba.

A instalação dos Porfírio levou à necessidade de se constituir rearranjos locais entre as famílias que passaram a explorar as mesmas terras. Tais iniciativas fomentaram fricções nas relações entre ambas, que passaram a acionar discursos, práticas e noções próprias de direito que manifestavam-se especialmente na redefinição dos limites e fronteiras territoriais a serem respeitados nas terras ocupadas pelos fregueses. Destaca-se que tais limites eram estabelecidos, não por demarcações rígidas, mas pelo trabalho empregado na terra e pelo uso dos recursos florestais, tal característica proporcionava o traçado de fronteiras dinâmicas que podiam variar no tempo.

Neste momento da trajetória das duas famílias evidenciou-se o “territorial vivido”

11 MONTEIRO, José Amorim. **José Amorim Monteiro**: depoimento [ago.2011] Entrevistadora: Samy Sales: Afuá, 2011. Arquivo MP4

12 De acordo com Salles (2012), na situação estudada, a denominação centro refere-se à herança do período da exploração da borracha. Conforme ressalta Otávio Ianni: “À medida que se desenvolvia o extrativismo da borracha com a sua teia de relações articulada com base no sistema de aviamento, formaram-se dois tipos de aglomerados humanos. Um deles era denominado o centro, local em que se organizavam e polarizavam as atividades dos seringueiros e os seus familiares”. Em oposição à beira, local de relações dos seringalistas e seus familiares. (IANNI 1981, p.50 apud SALLES, 2012, p.19).

(Raffestin, 2011), isto é, a territorialidade enquanto processo e produto territorial e, como tal, sendo utilizada pelos diferentes agentes sociais para garantir limites geográficos que favoreçam suas condições de sobrevivência e reprodução social dentro de uma rede de relações onde o poder está desigualmente distribuído.

No que se refere às famílias freguesas há um claro discurso sobre a disputa por recursos, tal discurso perpassava pela ideia de que a inclusão de outra família e a expansão de suas unidades familiares nas terras ocupadas inviabilizaria a reprodução física da outra. Neste período, a família Monteiro já contava com seis famílias nucleares com suas próprias unidades domésticas: Rosemiro e Antonia, e seus filhos que fixaram-se no rio Preto: José Monteiro casado com Maria Porfíria, Zeneide Monteiro e Anfrizio Batista, Zenaide e José Batista, Rosivaldo e Isabel Batista, e, por fim, Rosildo Monteiro que casou-se com Fátima mas fixou residência no rio Laranjal.¹³

A família Porfírio também crescia e à medida que seus nove filhos iam casando formava-se uma vila de casas tecida por relações de parentesco, indicando uma maior necessidade de recursos e uma tendência à fixação nas terras.

Apesar da competição por recursos, deve-se considerar também que o encontro entre as duas famílias fomentou a criação de uma rede de solidariedade e sociabilidades que viabilizavam a reprodução social dos fregueses e, por conseguinte, legitimavam o processo de territorialização de ambas as famílias. Um exemplo dessa rede de sociabilidades é expressa pela festa anual destinada à São Lázaro, santo da igreja católica, tradição que foi levada pelos Porfírio para as terras ocupadas pelos fregueses.

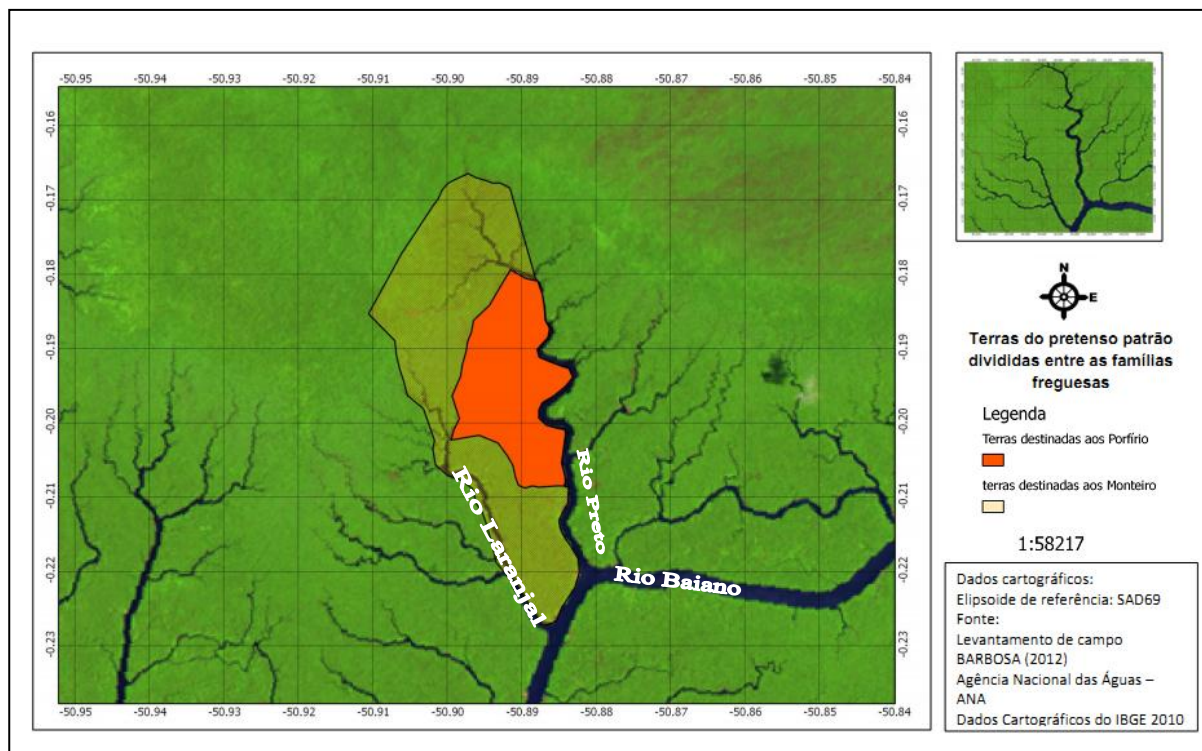
O interessante neste ponto da história dos Monteiro não é assinalar qual discurso era legítimo ou verdadeiro, pois, neste trabalho, como sugere a sua metodologia, busca-se apreender as múltiplas verdades construídas pelos diferentes agentes sociais que interferiram/interferem na construção da territorialidade dos Monteiro. Neste sentido, o importante é perceber que iniciou-se um processo de transição nas relações de trabalho calcadas na exploração e dominação do patrão para relações de trabalho livre ainda que com a terra cativa e, portanto, territorialmente instável.

No ano de 1995, portanto, vinte e um anos depois a entrada dos Porfírio como fregueses nas terras dos Carvalho, este patrão instalou uma fábrica de palmito na cabeceira do rio Preto. A necessidade do patrão de distinguir as áreas de extração de cada um dos fregueses, influiu decisivamente para o estabelecimento dos limites físicos mais rígidos entre

13 Sobre a constituição das unidades familiares dos Monteiro ver Barbosa (2012) e Sales (2012)

as famílias, dividindo as terras em duas partes, as dos Porfírio e as dos Monteiro. Conforme representação cartográfica abaixo.

Croqui 2 - Representação da divisão das terras ocupadas pelos fregueses Monteiro e Porfírio



Fonte: Elaborado por Elton Garcez em janeiro de 2013 a partir de orientação de José Monteiro e Maurício Monteiro em trabalho de campo realizado em 2011/2012.

Apesar da divisão das terras entre as famílias freguesas ter como marco a instalação da fábrica de palmito, tal separação é a manifestação espacial de mudanças nas relações estabelecidas entre patrão e fregueses e destes últimos com a natureza que já vinham acontecendo ao longo dos anos e se intensificaram em meados da década de 1990.

Quando o Zé Carvalho, o filho já, montou uma fábrica de palmito aí para cima no Rio Preto, foi quando ele dividiu as terras, a nossa e as dos Porfírio, porque ele estava de olho nos açais para a fábrica de palmito, aí ele dividiu as terras, que já tinham os açais o que a gente trabalhava e do outro pessoal, dos Porfírio. [...] Eles trabalhavam na área deles e nós na nossa(informação verbal)¹⁴.

Observa-se que a instalação dos fregueses Monteiro, na década de 1960, e mesmo dos Porfírio em meados da década de 1970, justificou-se pela necessidade econômica do patrão em garantir a exploração dos seringais e do corte da madeira existentes nas terras sob o seu

14 BATISTA, Anfrízio. **Anfrízio Batista**: depoimento [out.2012]. Entrevistador: Elton Silva. 1 arquivo MP4.

domínio. Apesar das demandas específicas do patrão, outros produtos eram explorados pelos fregueses, principalmente para a subsistência, destacam-se a manutenção dos roçados, que, de maneira geral, inicialmente eram proibidos e feitos às revelia do patrão, passaram a ser consentidos desde que fossem dedicados à sobrevivência familiar, e o açaí fruto abundante na região das ilhas da mesorregião do Marajó (BRABO, 1979).

Segundo as entrevistas realizadas com os Monteiro, no final da década de 1970 a produção da borracha já estava praticamente inexistente, mantendo-se ainda a exploração madeireira. Este fato ocasionou um deslocamento do pagamento da percentagem para outras atividades como a produção dos roçados e a extração de palmito.

De acordo com Brabo (1977), (1979) e Pollak, Mattos e Uhl (1996), a valorização da palmeira do açaí (*Euterpe oleracea* Mart), a princípio para a extração do palmito, tem início na década de 1970 e está relacionado ao esgotamento do palmito oriundo da palmeira *Euterpe edulis* Mart. encontrada florestas do sul e sudeste do país. A *Euterpe edulis* Mart. possui apenas um estipe, o que significa que a retirada do palmito decreta a morte da palmeira. A exploração intensiva do palmito da *Euterpe edulis* induziu à escassez de indivíduos da espécie e, por conseguinte, levou ao colapso as indústrias localizadas nas regiões sul e sudeste do Brasil no final dos anos 1960.

A partir da década de 1970, devido à carência da palmeira, muitas empresas de palmito do sul e sudeste brasileiro instalaram-se no estuário amazônico, onde a palmeira açaí é bastante profusa e apresenta um diferencial em relação à palmeira daquelas regiões, uma vez que a *Euterpe oleracea* Mart é constituída por uma touceira que forma várias estipes, deste modo, a extração do palmito pode ser feita selecionando alguns estipes e deixando outros para a sobrevivência da planta.

No início da década de 1970, as indústrias de beneficiamento do palmito concentravam-se em municípios nas proximidades de Belém, principalmente em Abaetetuba e Igarapé-miri, (POLLAK, MATTOS e UHL, 2006), no entanto, a extração predatória ensejou a incursão das indústrias rumo às terras marajoaras estabelecendo-se em diversas localidades como em Muaná (BRABO, 1979), Portel, Breves e Anajás (POLLAK, MATTOS e UHL, 1996) e em cidades como Belém, no Estado do Pará e Santana e Macapá no Estado do Amapá (SALERA JUNIOR, 2011).

Estabeleceu-se um sistema de exploração extremamente predatório, com a derruba indiscriminada das palmeiras nativas para o aumento da produção, maior concentração de mão-de-obra e a devastação em novas áreas da região marajoara. Em cinco anos, além do município de Muaná, o mesmo vem ocorrendo em

municípios vizinhos como Abaetetuba, Breves, Anajás, Curralinho, [São Sebastião da] Boa Vista, onde se processa a industrialização do palmito. Atraídos pela expansão do produto, extratores de madeira e borracha e outros habitantes da região, deixam suas antigas ocupações e dedicam-se ao corte do açazeiro (BRABO, 1979, p.9).

Os estudos realizados por Pollak, Mattos e Uhl (2006) sobre a extração do palmito no estuário amazônico apontam que a indústria palmiteira estrutura-se em três setores: primeiramente tem-se a extração que é realizada pelos habitantes do estuário que cortam o palmito e os negociam com as fábricas. O segundo passo é o processamento primário do palmito realizado nestas pequenas fábricas localizadas às margens dos rios, e, por fim, a distribuição realizada por empresas situadas nas cidades que comprem os palmitos das fábricas e comercializa-os no mercado interno e externo.

No caso aqui estudado, isto é, as territorialidades específicas das terras de pertencimento coletivo dos Monteiro do rio Preto, deve-se levar em consideração a complexidade das relações sociais estabelecidas entre os agentes sociais intimamente ligados à exploração dos recursos naturais, isto é, os patrões e os fregueses. De acordo com pesquisa de campo e os estudos de Barbosa (2012), a exploração do palmito nas atuais terras de pertencimento dos Monteiro foi afetada pela intensificação comercialização do fruto do açaí que se observa a partir da década de 1990, e, até final desta e o início da de 2000, tais explorações estavam imersas na articulação, com sérias fricções de diferentes modos de produção que envolviam de um lado formas capitalistas e de outro formas não-capitalistas de organização do trabalho.

A instalação da fábrica de palmito em 1995, pelo patrão José Carvalho (filho) estava associada, portanto, à crescente demanda pelo produto que iria abastecer as empresas situadas nas sedes municipais do Marajó e nas capitais Belém e Macapá. Neste sentido, a divisão das terras entre as famílias freguesas justifica-se na perspectiva do patrão de obter maior controle sobre os estoques de açazeiros existentes sob a responsabilidade de cada um dos fregueses, bem como apoderar-se sobre aqueles que não estavam sendo explorados por nenhuma família através de trabalhadores volantes, os chamados palmiteiros¹⁵.

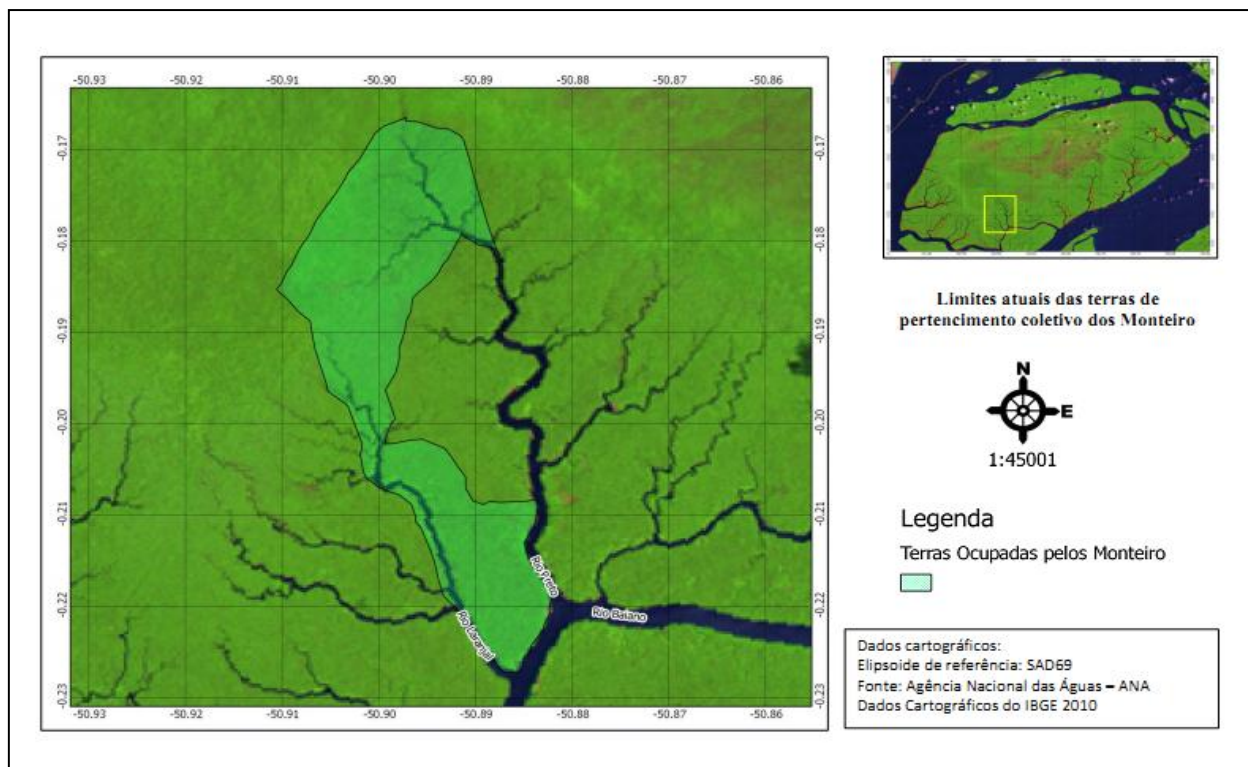
Quando o Zé Carvalho [filho] veio fazer uma fábrica de palmito aí, aí ele dividiu as áreas porque ele precisava de um açazeiro pra fazer a fábrica de palmito, aí ele dividiu os açazeiros pra que nós ficasse, dividiu com o pessoal do Porfírio e nós. Aí sim, nós ficamos trabalhando numa área e eles

15 Palmiteiro é a designação dada ao trabalhador que extrai o palmito.

trabalhando noutra área (informação verbal)¹⁶.

Tal divisão estabelecida em 1995 (ver croqui 3) define até os dias atuais os limites das terras de pertencimento dos Monteiro do Rio Preto.

Croqui 3 - Representação dos limites atuais das terras ocupadas pelos Monteiro



Fonte: Elaborado por Elton Garcez em janeiro de 2013 a partir de orientação de José Monteiro em trabalho de campo realizado em 2011/2012.

3.3 De fregueses à Monteiros do Rio Preto: deslocamento e ressignificações

Desde o estabelecimento dos Monteiro no que hoje compõe sua base física comum, efetiva, afetiva e inalienável, “cujas delimitações são socialmente reconhecidas, inclusive pelos circundantes” (ALMEIDA, 2008b, p. 29), ocorreu ainda que de forma instável, circunstancial e muitas vezes precária, as suas práticas cotidianas e lutas pela sua reprodução física e social convergiram para a construção de suas territorialidades específicas cujos limites mantem-se mais estáveis desde meados da década de 1990. Deste modo, as terras dos Monteiro, não podem ser entendidas somente como terras tomadas pela família freguesa, mas também como produto histórico das ações e mobilizações para a garantia do livre acesso aos

16 MONTEIRO, Jose Amorim. **José Amorim Monteiro**: depoimento [jan.2012] Entrevistadora: Samy Sales: Afuá, 2012. Arquivo MP4

recursos florestais de acordo com mecanismos e regras definidas localmente.

Para explicar os processos de territorialização que resultaram na territorialidade específica dos Monteiro do rio Preto temos que revisitar a sua história levando em consideração as práticas sociais e suas manifestações espaciais que viabilizaram uma “reelaboração da cultura e da relação com o passado” (OLIVEIRA, 1998, p. 55) e propiciaram a politização da natureza, o esvaecimento dos Monteiro fregueses e a ascensão dos Monteiro do rio Preto como sujeitos sociais mobilizados.

A implantação de roçados, mesmo precária no início, foi (e é ainda hoje) uma prática recorrente entre as unidades familiares habitantes que constituem os Monteiro. Além da garantia da reprodução física. Através da subsistência (e mais recentemente através da venda de produtos), os roçados garantem a reprodução social do grupo de forma relativa e mais independente do mercado. Sobretudo, possibilita a sedimentação das relações intrafamiliares e entre as unidades familiares, “além de assegurar laços de reciprocidade necessários para a reivindicação e defesa do território” (ALMEIDA, 2008b, p.40), já que sua implantação pressupõe o domínio de áreas de mata através do trabalho empregado, gerando a possibilidade de estabilidade territorial uma vez que seu uso passará a ser regulado por noções locais de direito.

Mesmo propensos à instabilidade dos desmandos do patrão, o domínio sobre os recursos florestais e áreas de trabalho geravam certo direitos sobre o território cuja garantia se dava através do uso e apropriação dos recursos.

O pessoal falava que se não pagasse (a percentagem) eles iam vender o terreno, dar pra outro trabalhar, sempre vinham com esta conversa, ih muitas vezes: Olha, se vocês não pagarem vocês vão sair da terra, ou eles vão vender pra outro. A gente pode até sair, mas eles vão ter que pagar uma indenização pelo que a gente fez aqui, aí sim. Desde o meu avô trabalhando nesta terra entregar assim, de mão beijada (informação verbal) ¹⁷.

Há em torno da prática do roçado um claro processo de politização da natureza (ALMEIDA, 2008a) em que a parcela do espaço trabalhada pelas mãos dos fregueses é apropriada no campo concreto e simbólico capaz de relativizar o poder do patrão sobre as terras. Neste sentido, a natureza deixa de ser sinônimo de meio físico para se tornar um campo de lutas onde, muitas vezes, a violência e a coerção eram as principais armas de combate.

17 BAIA, Lígia Monteiro. **Lígia Monteiro Baia**: depoimento [jan.2013] Entrevistador: Elton Silva: Afuá, 2013. Arquivo MP4.

As terras ocupadas pelos Monteiro são, portanto, produto de uma construção social. Elas foram refeitas, reconceitualizadas e ressignificadas a partir do conhecimento sobre os recursos construído histórica e geograficamente. Pode-se falar da construção social das terras de pertencimento dos Monteiro indissociável do seu processo de territorialização, pois, através de critérios, normas e leis definidas localmente, e um conhecimento historicamente construído sobre o território, erigem sua territorialidade específica. Neste sentido, os acessos, os roçados, os açaiçais que se assentam sobre as terras trabalhadas formam um mosaico de espaços apropriados considerados imprescindíveis para a reprodução física e social do grupo.

Em articulação com a significância histórica e geográfica dos roçados para o processo de territorialização e construção da territorialidade específica dos Monteiro, acontecimentos ocorridos a partir da década de 1990 foram emblemáticos para a redefinição das relações sociais estabelecidas desde a década de 1960 nas terras localizadas às margens do rio Preto.

Um acontecimento marcante na história dos Monteiro foi a morte de Rosemiro, o chefe da família, ocorrida no dia dois de fevereiro de 1990, aos cinquenta e cinco anos de idade, decorrente de queda de uma palmeira de açai.

A morte de Rosemiro, o chefe da família, aquele com quem, na década de 1960, se tinha estabelecido o acordo de trabalho e que, por isso, respondia pelas obrigações do freguês com o patrão enfraqueceram as relações entre Carvalhos e Monteiro, ainda que modo insuficiente para denotar a bancarrota do sistema de exploração patrão-freguês e a alienação das terras. Tal atenuação é relatada pelos membros da segunda geração da família, chefes de unidades domésticas, que herdaram “a herança do arrendamento” (BARBOSA, 2012, p. 62) e mantiveram o pagamento da porcentagem ao pretense dono das terras, mas agora sem o monopólio do comércio.

Eu pagava a percentagem, era trinta por cento, mas daí eu não era obrigado a vender nada para ele. Ele (José Carvalho, filho) já morava muito longe. Mas na época do papai não! Na época do papai, o papai tinha que vender só para ele (José Carvalho, pai). Era certo para ele. Depois ele liberou nós, ele liberou nós não! nós se liberemos (informação verbal)¹⁸.

A morte de Rosemiro provocou um rearranjo na organização familiar dos Monteiro, sua esposa Antonia, agora viúva, resolve ir morar na cidade de Santana, no Amapá. Deste modo, o filho mais velho, José Amorim Monteiro, o Trevoada, juntamente com seus irmãos e cunhados, assumem as responsabilidades para com o patrão.

18 BATISTA, Zeneide Monteiro, **Zeneide Monteiro Batista**: depoimento [jan.2013] Entrevistador: Elton Silva. Afuá, 2013.1 Arquivo MP4.

Apesar da manutenção da obrigação do pagamento da percentagem, a ausência da figura central do pai, concorreu para a reorganização do grupo, que antes mantinha uma coesão maior centralizada na figura de Rosemiro Monteiro, passando para cada família (composta pela segunda geração dos Monteiro) o controle de sua unidade de produção familiar. Espacialmente, tal decisão implicou no reordenamento territorial, uma divisão das atuais terras de pertencimento dos Monteiro através da instituição de limites entre as áreas exploradas pelas unidades familiares.

Foi logo depois que o papai morreu que nós dividimos. Dividiu tudo num só tempo (informação verbal) ¹⁹.

De acordo com os relatos colhidos em campo, a divisão obedeceu a critérios definidos localmente, isto é, noções locais de direito baseadas no trabalho empregado foram usadas para demarcar as terras e estabelecer os limites de uso. Não houve neste momento a figura do patrão mediando através de mecanismos de arbitragem (a coação, o uso da violência) a definição das áreas reservadas a cada unidade familiar. Há, ainda que de forma embrionária, um processo de “redefinição do controle social sobre os recursos ambientais” (OLIVEIRA, 2008), onde o trabalho sobre a terra e açazais, isto é o uso dos recursos naturais foi uma categoria significativa para o reordenamento territorial implementado pelos Monteiro.

Segundo o critério local fundado no direito à terra pelo trabalho realizado pela unidade familiar dos membros da segunda geração de Monteiros, somente os cinco que constituíram família no local tiveram direito à terra. Nesta, o controle da força de trabalho passou a ser definido pelos chefes da unidade de produção de cada família nuclear.

[...] Mas depois tivemos que dividir entre nós, os irmãos. Porque quando estava tudo junto, né [...] você deixava o açai parau²⁰ lá né, aí chegava o dia de você tirar, quando você ia ver já estava tirado [...] aí foi dividido, cada um ficou com seu pedaço, ninguém mexia, para trabalhar, para dar para os seus filhos, se quiser botar gente para trabalhar, botava, e assim foi (informação verbal) ²¹.

Na fala de Zeneide e Anfrízio destaca-se outro elemento importante no processo de

19 BATISTA, Zeneide Monteiro, **Zeneide Monteiro Batista**: depoimento [jan.2013] Entrevistador: Elton Silva. Afuá, 2013.1 Arquivo MP4.

20 Açai parau é uma designação local utilizada para nomear o açai ainda verde, que não está maduro suficiente para o consumo. BRABO (1979) em estudo sobre os palmiteiros de Muaná, município do Marajó, ressalta que localmente chama-se de açai paró o açai que ainda não atingiu a maturação.

21 BATISTA, Zeneide Monteiro, **Zeneide Monteiro Batista**: depoimento [jan.2013] Entrevistador: Elton Silva. Afuá, 2013.1 Arquivo MP4.

territorialização dos Monteiro do rio Preto: a intensificação do comércio do açaí e do palmito ocorrida a partir da década de 1990.

O fruto do açaí sempre foi explorado pelos Monteiro nas terras às margens do rio Preto, principalmente para o consumo até meados da década de 1990. De acordo com as entrevistas realizadas no trabalho de campo, no início a comercialização do açaí era muito incipiente. Um dos motivos apresentados era a grande oferta associada à pouca demanda pelo produto nos portos mais próximos nas cidades de Macapá e Santana, no estado do Amapá.

Antes era muito baratinho o açaí. Tirava o açaí mas depois ficava uns quantos dias sem tirar. O papai (Rosemiro Monteiro) levava a lancha cheia de açaí, nem vendia, quando muito, vendia só um pouco, trazia tudo de volta (...) jogava para os porcos no terreiro (informação verbal)²².
A venda do açaí era muito pouco porque, vamos dizer (um mil novecentos e) sessenta e cinco, setenta a cidade de Macapá e Santana eram muito pequenas ainda... e com isso aí eles não tinham um consumo muito elevado de açaí. Quase não se falava de açaí. Essa cultura do açaí era mais apagada. Era mais para nós consumir mesmo (informação verbal)²³.

Já na década de 1990, em que o açaí despontava como o produto mais rentável economicamente, o pagamento da percentagem para o patrão não se dava pelo controle da comercialização do açaí extraído, mas um valor único estipulado ao fim da safra do produto. Anfrízio Batista relata como se dava o pagamento;

A gente amostrava o quanto que a gente tirava [...] o açaí nós pagava percentagem, nos pagava quatrocentos reais por safra, são duas safras por ano, dava oitocentos reais que nos pagava para ele (José Carvalho). Ele calculava (informação verbal)

Observa-se, portanto, certa flexibilização das relações comerciais entre patrão e freguês, mas não uma ruptura da dominação/exploração, pois o freguês ainda mantinha a obrigação moral do acordo tácito realizado na década de 1960.

Esse panorama começou a mudar com a introdução na região das ilhas das chamadas geleiras²⁴, com o comércio do fruto do açaí extraído pelos moradores dos rios da região do rio Baiano direto com o comprador. Tais geleiras vinham de Belém ou de municípios próximos

22 BATISTA, Zeneide Monteiro, **Zeneide Monteiro Batista**: depoimento [jan.2013] Entrevistador: Elton Silva. Afuá, 2013.1 Arquivo MP4.

23 MONTEIRO, José Amorim. **José Amorim Monteiro**: depoimento [jul.2011]. Entrevistador: Elton Silva: Afuá, 2011. Arquivo MP4.

24 De acordo com Barbosa (2012), as geleiras são “embarcações de médio e grande porte, que tem seu convés adaptado em uma espécie de câmara frigorífica, que comporta bastante gelo, onde os carregadores armazenam as rasas cheias de açaí entremeadas em camadas de gelo, para então transportá-las até o local desejado”. (p. 70).

da capital, em busca do açaí, pois as regiões produtoras nas proximidades da região Metropolitana de Belém e do baixo Tocantins vivenciam o período da entressafra, período em que ficava difícil responder à demanda da capital e das indústrias de beneficiamento do produto. Neste mesmo período, as regiões das ilhas do Marajó estão em plena safra.

A chegada das geleiras gerou algumas mudanças nas relações já em questionamento, entre os Monteiro e o patrão Carvalho (filho) e também com os recursos naturais.

A entrada das geleiras na rede de relações dos tiradores de açaí do rio Baiano viabilizou maior monetarização das relações comerciais estabelecidas pelos tiradores de açaí, provocado pelo aumento vertiginoso das vendas do produto, além da eliminação do chamado “frete”, isto é, o valor pago para o dono da embarcação que leva o açaí para os pontos de venda. Nesse sentido, um dos papéis assumidos pelos locais, o de “passador”, isto é, a pessoa encarregada de levar o açaí até o comprador, também foi relativizado.

A intensificação das relações de mercado devido o aumento da demanda pelo açaí promoveu uma alteração de função nas relações dos Monteiro com os recursos naturais, concorrendo para o aumento gradativo das áreas de açais trabalhados pelas unidades de produção familiar e consequentemente maior dependência em relação ao mercado.

[...] aí foi não dando certo, foi no tempo que o papai morreu, aí repartimos, para cada qual cuidar do que é seu, trabalhava e tomava conta, porque a gente achava que era mais fácil. Depois que repartimos isso aí, não tinha o açailal que hoje em dia tem. Cada qual trabalha no que é seu né? Nós tinha um açailal grande aqui para o centro, mas pra cá (no rio Laranjal) não dava para sustentar uma família, então não pode deixar o (as terras localizadas às margens do rio) Laranjal para uma pessoa, que não ia ter com que se vive, aí teve que repartir em pedacinhos (informação verbal)²⁵.

[...] Então nos dividimos a área que tinha açailal (nativo), essas áreas que tinham mais açais (nativos), essa área a gente chamava de baixo, do outro lado (do rio Jacariúba) era uma área de buçuzal, então se nós repartíssemos e alguém ficasse com o buçuzal, não ia ficar satisfeito, nós fiquemos sem repartir o buçuzal. Então nós repartimos primeiro logo a área de açailal (nativo), um pedaço de açailal (nativo) para cada um, para não dar confusão com o outro. Aí depois nos tornamos a repartir a parte de baixo. Aí nos fiquemos com duas áreas e uma área no Laranjal. Essas duas áreas são igapó uma tinha açailal e a outra era só buçuzal, mas foi transformada em açailal ela, feito o manejo. No Laranjal não é igapó, é terra mais alta, essas plantações que nós temos lá, foi feito o roçado e plantado o açaí e hoje ela tá como açailal, não tinha açazeira nenhuma lá (informação verbal)²⁶.

25 MONTEIRO, Rosivaldo Amorim. **Rosivaldo Amorim Monteiro**: depoimento [out.2012]. Entrevistador: Elton Silva: Afuá, 2012. Arquivo MP4.

26 MONTEIRO, José Amorim. **José Amorim Monteiro**: depoimento [jul.2011]. Entrevistador: Elton Silva: Afuá, 2011. Arquivo MP4.

Esta importância que o açaí passou a ter na vida dos Monteiro influenciou para o forjamento da identidade de tiradores de açaí, uma vez que a atividade extrativa, isto é, tirar açaí ou atividades relacionadas à manutenção do açazal não apenas consome boa parte do tempo, principalmente, dos homens habitantes da Vila Monteiro, mas também possibilita seu reposicionamento no espaço público.

O crescimento em importância e em área dos açazais trouxe consigo algumas tensões na relação patrão freguês, pois, a significância econômica do açazal não se concentrava somente na extração do fruto, mas também na produção de palmito cujas fábricas, como vimos neste capítulo, expandiam-se para os municípios do Marajó.

Diante da possibilidade de lucros advindos da exploração dos açazais para a extração do palmito, o patrão José Carvalho instalou em 1995, na cabeceira do rio Preto uma pequena fábrica de beneficiamento primário do palmito. Porém, a extração do palmito de forma indiscriminada, como procedida pelo patrão, concorria com a extração do fruto.

Como já fora explicitado, a instalação da fábrica de palmito tinha como objetivo explorar os açazais existentes nas terras ocupadas pelos fregueses e fomentou a divisão das terras entre família Porfírio e família Monteiro. Há de ressaltar que o aumento das áreas de açazais se deu em decorrência do trabalho desenvolvido pelos então fregueses através de práticas de manejo específicas e de acordo com noções locais de direito de acesso ao recurso.

A princípio, o abastecimento de palmito era realizado na exploração de uma área de açazal nativo que não estava designada à nenhuma família freguesa, esta área foi destinada exclusivamente para a extração do palmito. No entanto, o modo predatório com que foi extraído o palmito tão logo esgotou o produto na referida área. Com isso, os chamados palmiteiros contratados pelo patrão José Carvalho passaram a avançar sobre os açazais dos fregueses.

O avanço sobre os açazais de trabalho dos Monteiro concorreu para a passagem da unidade familiar “de uma unidade afetiva para uma unidade política de mobilização ou de uma existência atomizada para uma existência coletiva” (ALMEIDA, 2008, p.118). Os Monteiro rompem com a relação freguês-patrão e recorrem à identidade de tirador de açaí construída a partir da apropriação do recurso natural, isto é, os açazais, forjando uma “nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora e a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais” (OLIVEIRA, 1998, p. 55), fundamentadas no seu processo de territorialização e na luta pelo acesso aos recursos de acordo com regras localmente definidas para fazerem face ao seu antagonista, o patrão. Sobre

este movimento de deslocamento, ressalta ALMEIDA (2008):

[...] exatamente este fator identitário e todos os outros fatores a ele subjacentes, que levam as pessoas a se agruparem sob uma mesma expressão coletiva, a declararem seu pertencimento a um povo ou a um grupo, a afirmarem uma territorialidade específica e a encaminharem organizadamente demandas face ao Estado, exigindo o reconhecimento de suas formas intrínsecas de acesso à terra [...] (ALMEIDA, 2008b, p.30)

Sob a liderança de José Amorim Monteiro, o Trevoada, que na relação patrão-freguês herdou as responsabilidades atribuídas ao seu pai Rosemiro, por ser o filho mais velho, os Monteiro iniciaram uma série de tentativas para romper com o patrão. Finalmente, acionando a identidade de tiradores de açaí para garantir a defesa de seu modo de vida intimamente ligado ao uso dos recursos naturais, os Monteiro recorreram organizadamente às esferas do Estado visando à garantia do seu modo tradicional de lidar com os recursos naturais.

Objetivados em movimento social cuja bandeira de luta perpassa pela defesa do território e apresentando-se identitariamente como tiradores de açaí, os Monteiro recorreram ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) de Macapá, estado do Amapá para denunciarem a devastação implementada pela extração predatória do palmito que vinha ocorrendo com o funcionamento da fábrica. Depois de repetidas idas ao órgão ambiental, a fábrica foi fechada no ano de 1996, ou seja, um ano depois de sua instalação.

Outros agentes sociais, que exerceram papéis importantes no processo de afirmação identitária dos Monteiro do rio Preto organizados como tiradores de açaí, foram a Igreja Católica, através das Comunidades Eclesiais de Base – as CEB's e o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Afuá (STTR) de AFUÁ.

De acordo com os relatos das entrevistas, o processo de mobilização dos chamados ribeirinhos realizado pela Igreja Católica tem início na década de 1970 e sua principal bandeira de luta era a ruptura radical das relações de dominação e exploração a que os fregueses estavam sendo submetidos, sua função primordial foi a implantação na região das ilhas do Marajó, e para este trabalho especialmente na ilha Queimada, foi a implantação dos CEB's nas comunidades e a formação de lideranças locais que, em 1984, fundariam o sindicato rural.

Nós começamos a fazer esses cursinhos da igreja (cursos de formação social oferecidos pela CPT de Macapá). Aí lá já tinham uns companheiros que já estavam iniciando o sindicato de Macapá, de trabalhadores rurais. Aí eu

comecei a conhecer eles também, eles diziam para nós (...) era eu (D. Verônica), o seu Manoel Maria, lá no cursinho para formar coordenadores, eu passei um mês fazendo este curso. Aí a gente foi aprendendo que a gente tinha que lutar pelo povo, pra libertar. Começamos todos juntos nessa luta (informação verbal)²⁷.

A construção da identidade de trabalhador rural perpassava pela legitimidade alcançada pelo sindicato entre aqueles que formariam a sua base, isto é, trabalhadores extrativistas que, em muitos casos, estavam vivenciando o trabalho para o patrão. Deste modo, a objetivação do movimento organizado através do sindicato de trabalhadores e trabalhadoras rurais provinha da negação às regras e leis estabelecidas pela relação patrão-freguês.

O ambiente sindical calcado nas reuniões, apresentações e debates propiciou a abertura dos tiradores de açaí, inseridos num mundo tradicionalmente oral, para o universo da escrita. Assim, como afirma Goody (1977), viabilizando novos contornos no que se refere à percepção de mundo, de conduta, das relações e do conhecimento.

As mudanças trazidas pela apropriação, ainda que de forma seletiva, da linguagem escrita propiciaram além da formação de lideranças locais, a difusão da ideia de coletividade e o forjamento da identidade de trabalhador rural tendo como antagonista principal o patrão.

A intensificação das atividades sindicais nas ilhas de Afuá concorreu para o enfraquecimento do poder dos patrões e para deslocamentos por parte dos extrativistas, tiradores de açaí, das relações sociais de dominação a que estavam submetidos, bem como sua relação com os recursos naturais. A participação efetiva dos Monteiro no processo de organização sindical, na figura da liderança local, José Amorim Monteiro, que passara a ser delegado sindical do rio Baiano e apropriava-se do discurso sindical da autonomia do camponês em busca do livre acesso aos recursos, influenciou diretamente no enfraquecimento da dominação do patrão José Carvalho a medida que se forjavam a sua identidade coletiva em torno de designações de tirador de açaí, de trabalhador rural e de Monteiro do rio Preto.

As novas possibilidades de entendimento adquirido através do contato com outros agentes sociais, a intensificação das relações de mercado, o paulatino processo de construção de sua territorialização, os deslocamentos necessários para a criação de sua identidade intimamente ligada ao uso tradicional dos recursos naturais e as terras ocupadas, os Monteiro passaram a enfrentar e resistir aos desmandos dos filhos de José Carvalho (filho), que haviam herdado e assumido os negócios do pai que falecera no ano de 2004. Quarenta e quatro anos

27 MIRANDA, Verônica. **Verônica Miranda**: depoimento [out.2012]. Entrevistador: Elton Silva: Afuá, 2012. Arquivo MP4.

após a chegada de Rosemiro Monteiro às terras localizadas entre os rios Preto e Laranjal, os Monteiro deixaram de pagar as porcentagens e decretaram-se libertos, emergiam então os Monteiro do Rio Preto, tiradores de açaí de suas terras de pertencimento coletivo.

Quando nós ficamos sabendo qual era o nosso direito, que a terra era nossa, que não era do patrão! Qualquer documento que o patrão mostrava para dizer que a terra era deles, a gente não acreditava, era falso! Era falso! E isso aí fez com que nós se libertasse aos poucos e graças a Deus, hoje nós estamos libertos! (informação verbal) ²⁸.

Nestas terras, nas suas terras, os Monteiro trabalham conforme regras próprias, acessam os recursos de acordo com noções locais de direito e cotidianamente constroem sua territorialidade específica seja na Vila, no Laranjal ou no Centro suas unidades espaciais.

28 MIRANDA, Verônica .**Verônica Miranda**: depoimento [out.2012]. Entrevistador: Elton Silva: Afuá, 2012. Arquivo MP4.

4. CAPÍTULO: AS UNIDADES ESPACIAIS DOS MONTEIRO DO RIO PRETO: O RESULTADO DO PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO.

Conforme explicitado no capítulo anterior, após a morte de Rosemiro Monteiro, as terras ocupadas foram divididas entre as unidades familiares formadas por seus filhos e filhas, que passaram a pagar a percentagem para o patrão José Carvalho. Somente aqueles que permaneceram, trabalharam e estabeleceram nas terras tiveram direito à herança do arredamento (BARBOSA, 2012) e, portanto, o direito de uso, ainda sob relações de patronato. Deste modo, somente cinco unidades familiares da segunda geração dos Monteiro tiveram o direito à terra.

Tais regras de direito ao acesso e uso da terra e dos recursos mantiveram a coesão do grupo mesmo após a morte de Rosemiro, ainda que tal fato tenha fomentado redefinições na organização dos Monteiro. Deste modo, mesmo que as terras sejam trabalhadas sob o prisma da posse comum e os produtos obtidos através do trabalho exercido sob o comando de cada unidade familiar seja apropriado de modo privado, este mando familiar está subordinado a regras e normas locais, isto é, noções de direito e justiça definidas localmente, que regem todo o grupo social constituído pelos Monteiro. Um exemplo é o que ocorreu com Rosildo Monteiro, que embora morando fora da vila, optando por fixar-se nas margens do rio Laranjal, também teve direitos a uma área de açazal no Centro, onde trabalha.

[...] aí foi não dando certo, foi no tempo que o papai morreu, aí repartimos, para cada qual cuidar do que é seu, trabalhava e tomava conta, porque a gente achava que era mais fácil. Depois que repartimos isso aí, não tinha o açazal que hoje em dia tem. Cada qual trabalha no que é seu né? Nós tinha um açazal grande aqui para o centro, mas pra cá (no rio Laranjal) não dava para sustentar uma família, então não pode deixar o (as terras localizadas às margens do rio) Laranjal para uma pessoa, que não ia ter com que se vive, aí teve que repartir em pedacinhos, para todos os irmãos que estavam em cima da terra (informação verbal)²⁹.

Esta divisão das terras entre a segunda geração de Monteiros estabeleceu os limites entre as unidades familiares e manteve-se mesmo com a morte de José Carvalho (filho) e a quebra da relação de exploração baseada no regime de patronato. Mais do que a sua manutenção, os limites estabelecidos consolidaram-se com o surgimento social dos Monteiro do rio Preto, pois, forjar-se tirador de açai é, antes de tudo, defender seu modo de vida que está estreitamente ligado com o território e os recursos.

29 MONTEIRO, Rosivaldo Amorim. **Rosivaldo Amorim Monteiro**: depoimento [out.2012]. Entrevistador: Elton Silva: Afuá, 2012. Arquivo MP4.

A importância econômica do açaí na vida dos Monteiro determinou que um dos critérios utilizados para a divisão seria a repartição dos açais existentes. Neste sentido, cada unidade familiar deveria comandar uma área que continha um açail, assim, a primeira área a ser dividida foi a unidade espacial designada localmente de centro, devido a presença de espécimes nativas de açaí existentes na área.

[...] Então nos dividimos a área que tinha açail (nativo), essas áreas que tinham mais açais (nativos), essa área a gente chamava de baixo, do outro lado (do rio Jacariúba) era uma área de buçuzal, então se nós repartíssemos e alguém ficasse com o buçuzal, não ia ficar satisfeito, nós fiquemos sem repartir o buçuzal. Então nós repartimos primeiro logo a área de açail (nativo), um pedaço de açail (nativo) para cada um, para não dar confusão com o outro (informação verbal)³⁰.

O centro é dividido ao meio pelo rio Jacariúba, localmente divide-se esta área em “parte de cima” e “parte de baixo”, somente na “parte de cima”, isto é na margem esquerda do Jacariúba existiam açais nativos, por este motivo, esta área foi dividida primeiro, pois, tornara-se mais representativa economicamente com o aumento do comércio do açaí e do palmito, neste sentido, a definição dos seus limites urgia à medida que as unidades familiares interagiam mais intensamente com o mercado.

Fotografia 1 - Canal que divide as terras de pertencimento coletivo entre os Monteiro



Fonte: Trabalho de campo, abril de 2012.

30 MONTEIRO, José Amorim. **José Amorim Monteiro**: depoimento [jul.2011]. Entrevistador: Elton Silva: Afuá, 2011. Arquivo MP4.

O aumento da demanda pelo açaí propiciou a segunda divisão do centro, desta vez da “parte de baixo”, que apesar de não possuir açaizais nativos, pelo contrário, era tomada por vastos buçuzais (*Manicaria saccifera Gaertn.*), foi dividida entre os filhos de Rosemiro e o buçuzal foi paulatinamente, através do trabalho regido sob o comando das unidades familiares, dando lugar a açaizais plantados e semeados pelos Monteiro através de técnicas específicas do chamado manejo.

Aí depois nós tornamos a repartir a parte de baixo. Aí nós fiquemos com duas áreas (no Centro) e uma área no Laranjal. Essas duas áreas são igapó uma tinha açaizal e a outra era só buçuzal, mas foi transformada em açaizal ela, feito o manejo (informação verbal)³¹.

Concomitantemente à divisão das terras da “parte de baixo” no Centro, as terras às margens do rio Laranjal também foram divididas entre as unidades familiares. Diferentemente do Centro que localiza-se numa área de igapó³², as terras localizadas as margens do rio Laranjal são caracterizadas por áreas de terra firme e de poucas touceiras de açaí. Por esta particularidade, isto é, não sofrer com inundações constantes, tais áreas foram e ainda são utilizadas para a instalação dos roçados. No entanto, também no Laranjal, os açaizais foram sendo plantados à medida que a mata dava lugar aos roçados que depois era substituída pelas palmeiras de açaí.

No Laranjal não é igapó, é terra mais alta, essas plantações que nós temos lá, foi feito o roçado e plantado o açaí e hoje ela tá como açaizal, não tinha açaizeira nenhuma lá (informação verbal)³³.

31 MONTEIRO, José Amorim. **José Amorim Monteiro**: depoimento [jul.2011]. Entrevistador: Elton Silva: Afuá, 2011. Arquivo MP4.

32 Igapó é um ecossistema amazônico que sofre ação direta das águas. Esse ecossistema é inundado diária e periodicamente pelas águas dos rios, com variações determinadas pelo calendário mensal lunar e pelas estações de chuvas amazônicas.

33 MONTEIRO, José Amorim. **José Amorim Monteiro**: depoimento [jul.2011]. Entrevistador: Elton Silva: Afuá, 2011. Arquivo MP4.

Fotografia 2 - Tiração e debulha do açaí nas terras do rio Laranjal



Fonte: Trabalho de campo, abril de 2012.

A vila Monteiro também foi dividida entre as unidades familiares, e além de local de moradia, as terras da vila também são utilizadas para a implantação de roçados e para o aumento das áreas de açaizal e, portanto, entram no circuito da produção e comercialização. Sobre a introdução de açaizais nas terras da vila Monteiro, Zeneide Monteiro e Anfrizio Batista ressaltam:

Aqui foi plantado muito (palmeira de açaí), para ficar assim foi plantado muito. Aqui era algumas touceiras que tinha, algumas, hoje em dia é fechado de açaí (...) arranca de uma paragem onde tá muito fechado e vai espalhando onde não tem. Era conferido as touceiras que davam cacho, agora já confere as que não dão (informação verbal) ³⁴.

No entanto, os açaizais existentes na vila são bem menores, pois, além das unidades familiares da segunda geração dos Monteiro, as terras desta unidade espacial foram divididas, à título de herança, entre as unidades formadas pelos netos de Rosemiro, isto é a terceira

34 BATISTA, Zeneide Monteiro, **Zeneide Monteiro Batista**: depoimento [jan.2013] Entrevistador: Elton Silva. Afuá, 2013.1 Arquivo MP4.

geração de Monteiro.

Fotografia 3 - Vista parcial da Vila Monteiro



Fonte: Trabalho de campo, junho de 2011.

A divisão interna das terras de pertencimento dos Monteiro se deu de modo diferenciado, isto é, na definição dos critérios utilizados e dos definidores dos limites entre as áreas que ficariam sob o comando de cada unidade familiar, levou-se em consideração as peculiaridades naturais de cada unidade espacial e também o trabalho empregado na construção da natureza, ou seja, na transformação da mata em roças e açazais. Este último critério confere dinamismo e flexibilidade às divisões, pois, as redes de solidariedade e relações de trabalho intragrupo sobrepõem-se à rigidez dos limites estabelecidos.

Alguns exemplos ilustram a característica flexível que o trabalho empregado nas terras confere às divisões: àquele que abriu a clareira para a implantação do roçado se atribui certos direitos referentes ao uso daquela área. Assim, no trabalho de campo realizado entre os meses de abril e maio de 2012, constatou-se a existência de uma capoeira nas terras sob o comando da unidade familiar de Zenaide Monteiro e Manoel José Batista, esta, antes da divisão interna, teria sido um roçado implantado por José Monteiro, após a repartição das áreas entre as unidades familiares, mesmo a capoeira tendo ficado em terras de outra unidade familiar, o direito gerado pelo trabalho empregado garantiu a José Monteiro doar a área como herança para sua filha Michele Monteiro.

Regras diferentes são acionadas para arbitrar sobre diferentes situações. Por exemplo,

nas áreas repassadas para a terceira geração como herança, o comando da unidade de produção é responsabilidade da unidade familiar herdeira, deste modo, não há interferência. No entanto, se a transferência das terras não se der através da herança, mas por um acordo de trabalho, mantém-se uma estrutura assemelhada ao arrendamento, em que, aquele que explora a área, mesmo fazendo parte da família, tem como obrigação pagar ao dono do terreno (seu sogro ou pai) uma percentagem da renda gerada com a venda da produção.

A partir dessas negociações, travadas dentro de limites de respeito e segundo normas definidas localmente, que os poderes e as hierarquias são regulados.

4.1 Marcos definidores dos limites das terras de pertencimento

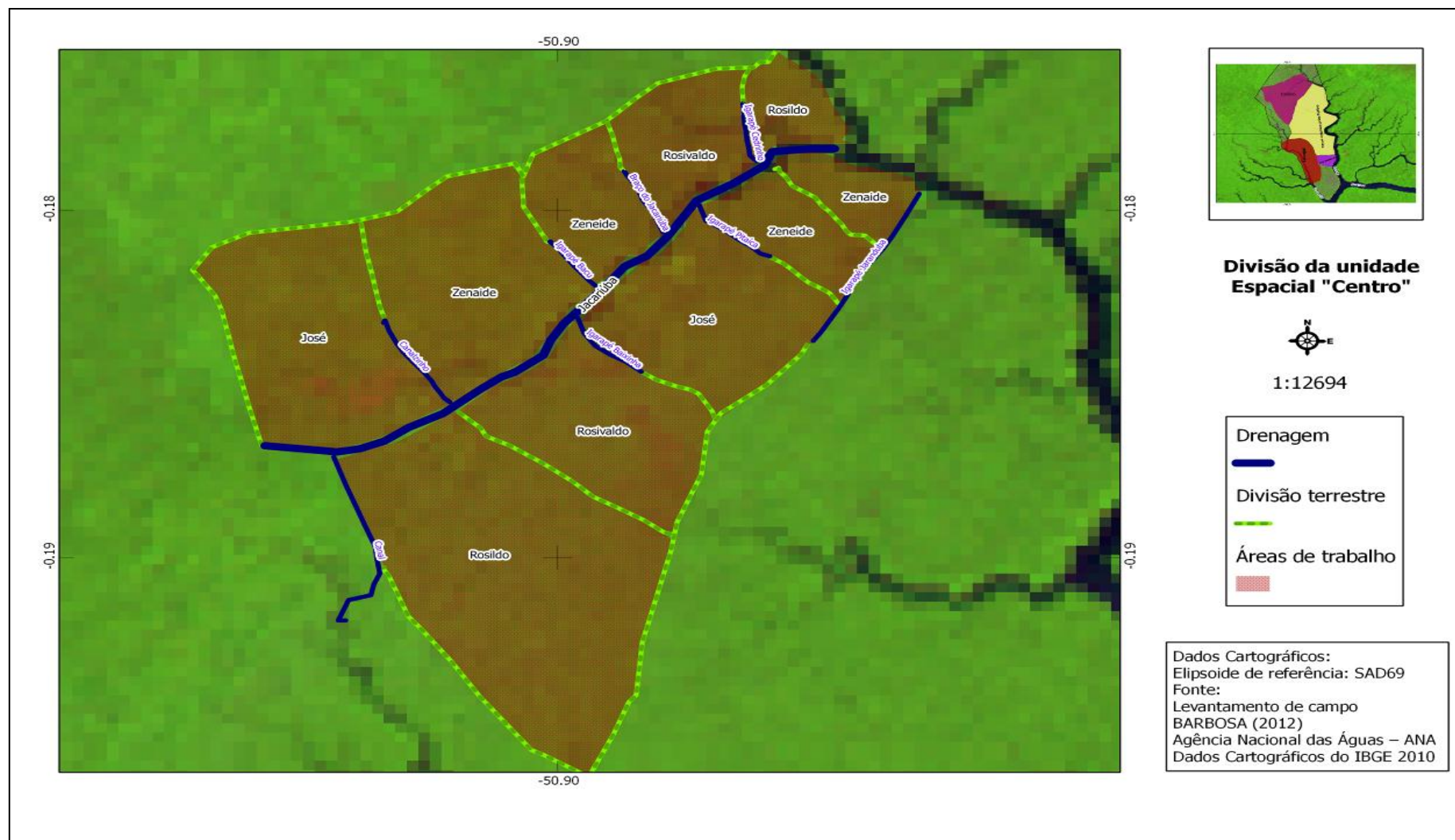
A definição dos marcos divisórios se deu de modo diferenciado entre as unidades espaciais, “centro”, Vila e Laranjal. O estabelecimento dos limites obedeceu a certas regras que levaram em consideração as peculiaridades naturais das unidades espaciais e se valeram do conhecimento adquirido dos anos de contato direto com o meio.

Aqui no Laranjal a gente dividiu por igarapé, (antes) nunca (se) dividiu assim, só por igarapé. (No Laranjal,) De um igarapé até o outro é de fulano, enquanto o Centro não, o Centro teve que fazer por mata, (...) é assim, quando termina um igarapé, aí tem que fazer do igarapé para dentro. Porque nós, o nosso açazal é do fim do igarapé para dentro, ainda tem muita distância, só de açazal, aí tem que terminar o igarapé, aí terminou tem que fazer o caminho certo onde era o do rio, é muita distância (informação verbal)³⁵.

No que se refere à definição dos marcos divisórios, observa-se maior rigidez na demarcação de limites da unidade espacial “centro”. Este maior rigor na delimitação, isto é, a necessidade de “fazer o caminho certo de onde era o rio” deve-se à importância que esta unidade espacial tem na vida produtiva, econômica e social dos Monteiro, pois no centro estão os maiores açazais. Foi visando estes açazais que o ex-patrão instalou a fábrica de palmito, foi, portanto, a partir da defesa desta unidade social que os Monteiro emergiram socialmente e identificaram-se como tiradores de açai. Além disso, é no Centro onde se encontram a maioria dos canais, interferência no meio que exige maiores investimentos de trabalho. Portanto, o direito atribuído pelo trabalho exercido encontra maior expressão no Centro.

35 MONTEIRO, Rosivaldo Amorim. **Rosivaldo Amorim Monteiro**: depoimento [Jul.2011]. Entrevistador: Elton Silva: Afuá, 2011. Arquivo MP4

Croqui 4 – Representação da unidade espacial Centro



Fonte: Elaborado por Elton Garcez em janeiro de 2013 a partir das informações dos Monteiro do rio Preto no trabalho de campo realizado em 2011/2012.

A relação dos Monteiro com o “centro” extrapola, portanto, o sentido financeiro, pois nesta área há um intenso processo de transformação da natureza a partir da abertura de canais para dar acesso aos recursos florestais. Tais canais são escavados nas terras inundáveis do igapó desde a década de 1980, a princípio para a retirada de madeira. Atualmente utilizam-se os canais para acessar os açais nativos que encontram-se em matas interiores, longe da margem do rio Jacariúba. Com o movimento das marés estes canais aumentam de tamanho e volume de água facilitando ainda mais a navegação.

Quando nós abrimos o canal era para tirar madeira. A gente ia abrindo as partes, depois vem a água e vai quebrando a terra. Porque se nós não fizesse a natureza fecha tudo (informação verbal)³⁶.

De acordo com relatos dos entrevistados locais, o rio Jacariúba que divide o “centro” ao meio, a principal via de acesso a esta unidade espacial, já foi um igarapé estreito que foi se alargando a medida que suas cabeceiras foram sendo escavadas, a princípio pelos Porfírio, para a abertura de canais visando facilitar o escoamento de recursos florestais.

A importância dos canais não está somente na garantia de acesso aos recursos florestais, mas também na definição dos limites das áreas de trabalho das unidades familiares para a extração do açaí e na conquista e defesa do território e manutenção da territorialidade dos Monteiro.

Como definidores de limites, os canais sinalizam a divisão nas terras entre as unidades familiares e garantem o direito de acesso e uso dos recursos àquele que o escavou, isto é, as regras localmente estabelecidas instituem que é o trabalho investido que define quem exercerá o domínio da área. Um exemplo do reconhecimento do direito atribuído àquele que investiu trabalho na escavação dos canais é a atribuição do nome daquele que o escavou ao canal.

A construção do canal constitui-se como fator importante na conquista e defesa do território, pois, no “centro”, nas áreas onde não há canal, prevalece o uso e acesso coletivo. Deste modo, a construção do canal possibilita a expansão produtiva e manutenção do domínio dos Monteiro sobre suas terras de pertencimento a partir do trabalho empregado para a transformação da natureza.

Se, atualmente, o “centro” é reconhecido localmente como a unidade espacial que gera maiores índices de produção de açaí, isto deve-se à histórica relação dos Monteiro com os açais nativos da área que, através da aplicação de técnicas tradicionais, mantiveram-se e

36 MONTEIRO, José Amorim. **José Amorim Monteiro**: depoimento [out.2012]. Entrevistador: Elton Silva: Afuá, 2012. 1 Arquivo MP4.

expandiram-se no decorrer do tempo. No entanto, conforme relatos colhidos em campo, os açaiçais nativos encontravam-se majoritariamente na margem direita do rio Jacariúba, pois, a margem esquerda era marcada pela grande quantidade de buçuzais, conforme relato de José Monteiro, tirador de açaí;

Primeiro nos dividimos a área do centro, onde o açaiçal era maior, aí ficou outras partes sem divisão por que não tinha açaí: o Laranjal e uma área do Jacariúba para baixo que era só buçuzal, o açaí era bem pouco. Então, por isso que nós dividimos a parte a parte do açaiçal e do Laranjal. A outra área (referindo-se à margem direita do rio Jacariuba) nós dividimos por último. [...] Se nós derrubasse o buçuzal, a maior parte do buçuzal, o açaiçal vinha. Porque nós já tem a experiência, nos já tinha feito isso aí e o açaiçal vinha forte (informação verbal)³⁷.

Houve, portanto, um intenso processo de transformação da natureza à medida que se intensificava a demanda por açaí e aumentava a relação dos Monteiro com o mercado. Este aumento paulatino da importância do açaí concorreu para a necessidade de incorporar novas áreas produtivas e transformar o “centro” no principal local de extração de açaí dos Monteiro.

[...] então ninguém ia querer esta parte do buçuzal, o interesse era no açaiçal, aonde tinha muito açaiçal. Aqui (apontando para a margem direita do rio Jacariúba) a gente não utilizava por que era buçuzal. Aí depois que nos repartimos este lado (esquerdo do rio Jacariúba), que cada um ficou com açaiçal, aí depois nos repartimos a outra para cada um derrubar os buçuzeiros e colocar açaiçal. Aí ficou um pedacinho para o lado e um pedacinho para o outro (informação verbal)³⁸.

Esta sequência estipulada na divisão também demonstra um conhecimento não apenas do ecossistema, mas também da capacidade de cada unidade de produção familiar e do mercado.

Na unidade espacial “Laranjal”, área de terra firme e desprovida de grandes açaiçais nativos, os critérios foram diferentes e obedeceram ao sistema de drenagem local, isto é, os igarapés foram utilizados como delimitadores das áreas.

Aqui no Laranjal a gente dividiu por igarapé, nunca dividiu assim, só por igarapé. De um igarapé para o outro é do fulano (informação verbal)³⁹

37 MONTEIRO, José Amorim. **José Amorim Monteiro**: depoimento [out.2012]. Entrevistador: Elton Silva: Afuá, 2012. 1 Arquivo MP4.

38 MONTEIRO, José Amorim. **José Amorim Monteiro**: depoimento [out.2012]. Entrevistador: Elton Silva: Afuá, 2012. 1 Arquivo MP4.

39. MONTEIRO, Rosivaldo Amorim. **Rosivaldo Amorim Monteiro**: depoimento [out.2012]. Entrevistador:

Por não possuir açaizais nativos e suas terras passarem a maior parte do ano a cima do nível das águas, esta unidade espacial vem sendo utilizada para a implantação de roçados.

Os roçados, como vimos no capítulo anterior, sempre foram presentes na relação dos Monteiro com a natureza, sua importância está além da garantia da subsistência das unidades familiares, pois, esta prática proporciona maior coesão para o grupo além de subsidiar ações de defesa do território uma vez que o roçado pressupõe trabalho investido e, como vimos, a categoria trabalho é fundamental na distribuição da garantia de direito de acesso e uso dos recursos entre os Monteiro.

No início da trajetória dos Monteiro em terras do patrão, os roçados feitos de modo precário e destinavam-se exclusivamente à garantia da reprodução física dos Monteiro, atualmente são parte importante na relação comercial estabelecida entre algumas das unidades familiares dos Monteiro e os compradores localizados nas cidades de Macapá e Santana, no Estado do Amapá.

Os principais critérios para a escolha da área de implantação do roçado são a acessibilidade, portanto, estes são feitos próximos à margem do rio Laranjal e também o fato do terreno permanecer acima do nível das águas a maior parte do ano. Anfrízio Batista resume como se dá esta escolha;

[a escolha] é sobre a altura da terra, se a terra for alta, for bonita, se a água não entrar muito tempo. Porque de inverno ela entra tudo, só que de verão não. A gente escolhe sempre uma ponta que esteja mais alta e faz o roçado porque sabe que não é toda água que entra. No roçado se planta jambu, chicória, milho, banana... (informação verbal)⁴⁰

Alguns roçados também tem outra função primordial: funcionam como antecessores dos açaizais, isto é, a sua implantação propicia a abertura de pequenas clareiras na mata que possibilitam o desenvolvimento das palmeiras de açaí e, por conseguinte, o desenvolvimento de novo ou expansão de um açaizal.

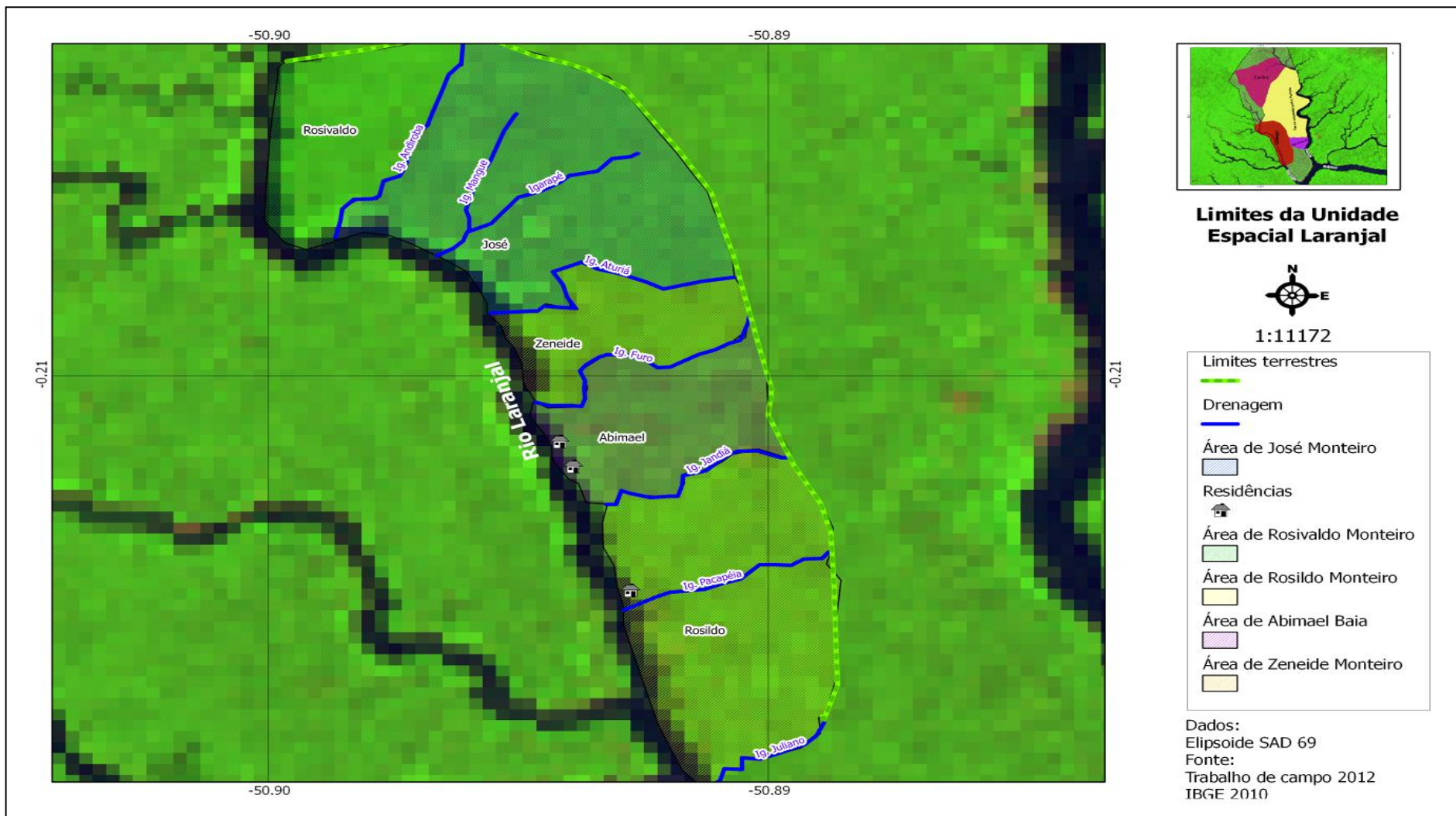
Atualmente já é comum observar na paisagem as marcas da transformação da natureza, antes lugar de predomínio de mata e capoeira, os açaizais vão dominando as margens do rio Laranjal, dividindo espaço com os roçados.

A divisão da unidade espacial Laranjal está representada no mapa a seguir.

Elton Silva: Afuá, 2012. 1 Arquivo MP4.

40 BATISTA, Anfrizio; Zeneide Monteiro. **Anfrízio Batista e Zeneide Monteiro**: depoimento [out.2012]. Entrevistador: Elton Silva. Afuá, 2012. 1 Arquivo MP4.

Croqui 5 – Representação da unidade espacial “Laranjal”



Fonte: Elaborado por Elton Garcez em janeiro de 2013 a partir das informações dos Monteiro do rio Preto no trabalho de campo realizado em 2011/2012.

Outra diferença do “Laranjal” em relação ao “Centro” é a presença de residências, enquanto o último é uma área exclusivamente utilizada para a produção através do extrativismo, no outro, três unidades familiares foram instaladas: a de Rosildo Monteiro, membro da segunda geração, a de João Trindade e Maria Baia, agregados à unidade familiar de produção de José Monteiro, para quem trabalha tirando açaí e, a de Abimael Baia e Michaele Monteiro.

Observa-se que na divisão das terras da unidade espacial “Laranjal”, aparece um membro que não está entre os herdeiros diretos de Rosemiro, trata-se do genro de José Monteiro, Abimael Baia, que no ano de 2008 comprou as terras herdadas por Zenaide Monteiro. De acordo com os relatos de Abimael, na ocasião da compra, havia pouco trabalho investido na terra e a capoeira predominava. A partir da compra que lhe garantiu o direito de posse sobre a área, passou-se implantar roçados e plantar palmeiras de açaí, transformando a natureza.

Eu sempre quis ter a minha casa em cima do que fosse meu. Aí foi então que eu resolvi comprar o terreno do Zequita (Manoel José, marido de Zenaide Monteiro). Ele me ofereceu e eu comprei dele. Daí, eu comprei, depois eu fui trabalhando e fazendo aos poucos lá (...) Não tinha nada praticamente, estava só a terra porque até a madeira eles já tinham tirado. Aí depois que eu comprei que eu fui limpando e fazendo os açais e plantando né, e agora já tem bem, já tira bastante açaí lá. Plantei muito açaí lá já, inclusive já estão começando a cachear as árvores que eu plantei, porque eu comprei este terreno em dois mil e oito, logo com um ano que eu comprei o terreno dele eu fiz um monte de roçado lá, então eu plantei um monte de açazeira logo lá, aí agora já estão com três anos, mais ou menos, é já estão cacheando as árvores lá (informação verbal)⁴¹

Observa-se conforme o relato acima, que as terras de pertencimento são passíveis de serem monetarizadas e transacionadas. No entanto, tal relação é permitida somente entre membros do grupo. Assim, ainda que não seja um membro consanguíneo da família Monteiro, ao unir-se à filha de José Monteiro, Abimael passou a ter direitos exclusivos a membros do grupo.

O veto à aquisição de posses por pessoas de fora do grupo social dos Monteiro é evidente na fala de Anfrízio Batista, quando relata sobre a compra de um pedaço de terra contíguo a área da Vila Monteiro;

41 BAIA, Abimael dos Santos. **Abimael dos Santos Baia**: depoimento: [jan. 2013] Entrevistador: Elton Silva. Afuá, 2012. 1 Arquivo MP4.

O cara ofereceu (a terra) e eu comprei, ficava pertinho daqui, aí para ele vender para outro que não é dos nosso, eu digo não, vou comprar (informação verbal)⁴²

A vila Monteiro é a unidade espacial onde localizam-se as residências dos Monteiro, sua importância para a história do grupo consiste no fato dela ser o núcleo original de estabelecimento dos Monteiro.

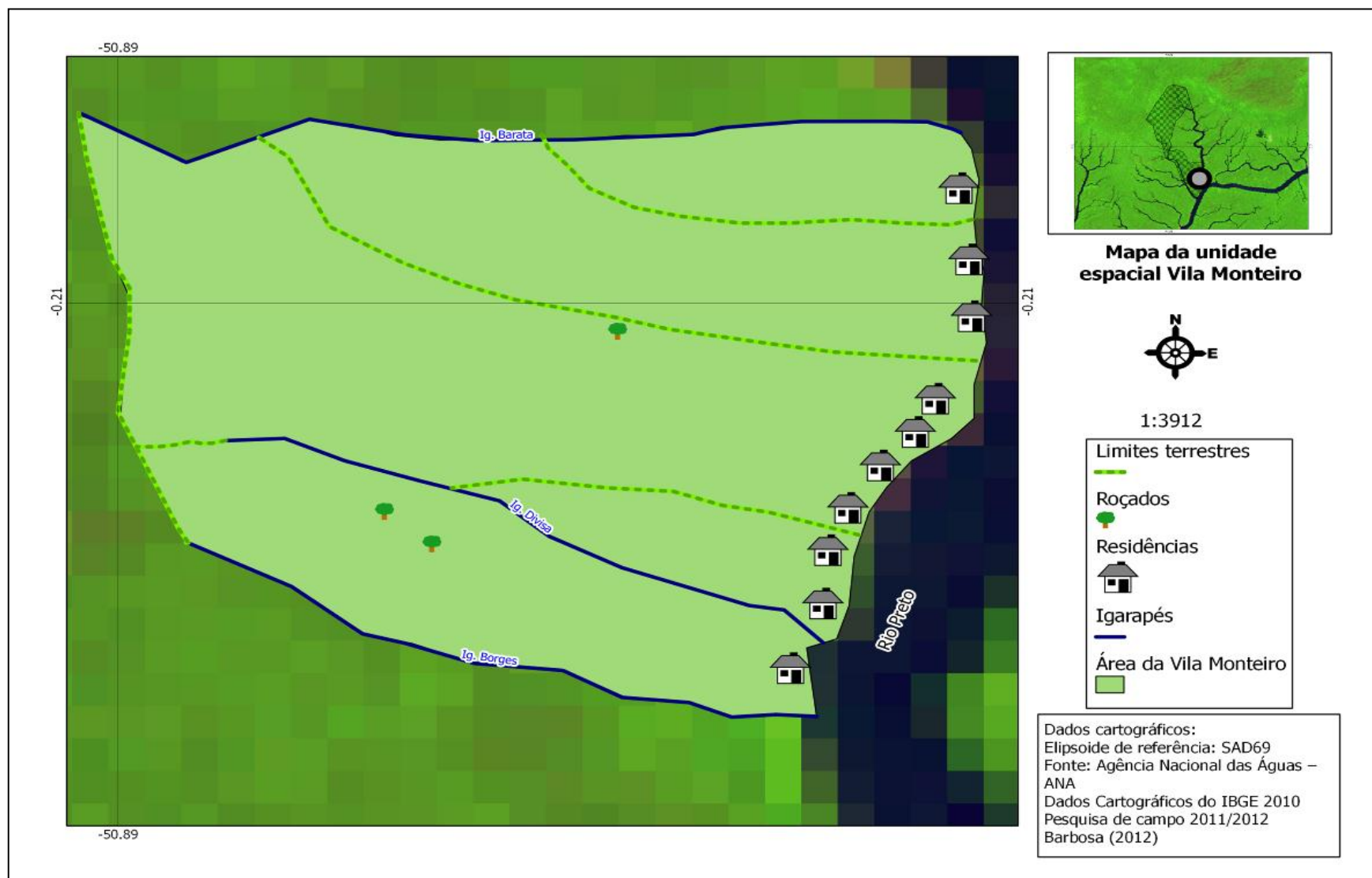
À medida que as gerações de Monteiro vão estabelecendo unidades familiares autônomas, predominantemente fixam residência na vila. Atualmente esta unidade espacial conta com dez residências ocupadas entre os membros da segunda e terceira gerações.

Diferente das outras unidades espaciais, a repartição das posses na vila Monteiro não apresenta limites físicos tão visíveis, mas é possível perceber a divisão através da lógica utilizada para a disposição das casas. É comum que os filhos que fixam residência na vila, o fazerem próximo à casa de seus pais, isto se dá, porque herdam destes parte do terreno que lhe fora consentido aos membros da segunda geração, filhos de Rosemiro Monteiro. Neste sentido, retirando a transação de compra e venda que é consentida também na vila, os filhos só podem se estabelecer nas terras herdadas pelos pais.

A distribuição das unidades familiares dos Monteiro na vila está disposta na figura a seguir.

42 BATISTA, Anfrizio; Zeneide Monteiro. **Anfrizio Batista e Zeneide Monteiro**: depoimento [out.2012]. Entrevistador: Elton Silva. Afuá, 2012. 1 Arquivo MP4.

Croqui 6 – Representação da unidade espacial vila: área de moradia e trabalho.



Fonte: Elaborado por Elton Garcez em janeiro de 2013 a partir das informações dos Monteiro do rio Preto no trabalho de campo realizado em 2011/2012.

Como se observa, a vila Monteiro compreende muito mais do que as residências, assim como nas outras unidades espaciais, a apropriação e o controle das terras e dos recursos é garantido através do trabalho investido e, neste sentido, o terreiro, como é chamada a área contígua às residências, também tem passado por transformações a medida que vai sendo tomado pelos açais. No entanto, devido o maior parcelamento das terras, os açais são menores e muitas vezes acabam imbricando-se, porém, o conhecimento adquirido de anos de trato com a terra e com os recursos garantem o reconhecimento das palmeiras pertencentes a cada unidade familiar.

Na vila, os Monteiro também implantam roçados que exercem a mesma função dos existentes às margens do Laranjal, isto é, a produção de gêneros alimentícios para a subsistência e para o comércio.

Do modo particular de lidar com as suas terras de uso comum e com os recursos existentes dentro dos limites destas três unidades espaciais, isto é, o “Centro”, o “Laranjal” e a “Vila” é que os Monteiro estabelecem suas territorialidades específicas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De fregueses até a reivindicação identitária de tiradores de açai e, por último, reconhecidos formalmente como beneficiários da reforma agrária, os Monteiro do rio Preto (re)fizeram sua trajetória de lutas e atualizaram cotidianamente sua relação com a natureza, isto é, foram se tornando sujeitos de sua própria história a medida que se apropriavam simbólica e concretamente do que viria a ser suas terras de pertencimento coletivo, o seu território.

Apesar da biografia singular do grupo social aqui estudado, esta pesquisa procurou evidenciar, a partir da trajetória dos Monteiro, a situação histórica amplamente vivenciada por habitantes das várzeas da Amazônia, muitas vezes submetidos a condições devassadoras de exploração da força de trabalho, alienação e expropriação dos meios de produção, mas que ao mesmo tempo reproduz-se física e socialmente através do contato íntimo com o ecossistema que habita fazendo deste não apenas o lugar de morada ou de trabalho, mas ressignificando-o tornando-o referencial para a sua formação identitária e de lutas que se objetivam em movimento social.

À medida que colocavam em prática o seu processo de territorialização às margens do rio Preto, a família Monteiro reinventava-se e transformava a natureza e a transformação fomentava o reinvento, num movimento dinâmico de politização da natureza.

Desde a instalação da família de Rosemiro Monteiro na condição de fregueses nas terras do pretenso dono José Carvalho até a negação do poder do patrão e a desobrigação do pagamento da renda da terra, erigindo-se a “liberdade”, passaram-se quarenta e quatro anos. Durante esse tempo, a borracha e, em segundo plano, a madeira que foram as razões da vinda dos fregueses Monteiro para o rio Preto já não representavam produtos economicamente viáveis, os açazais já dominavam as paisagens no “Centro”, no “Laranjal” e na “Vila”. Apesar do surgimento social dos Monteiro ter se dado a partir do forjamento da identidade de tirador de açai, é inegável que sua construção advém desde os primeiros tempos de relação com a terra e o exemplo disso foi o estabelecimento dos roçados à revelia do patrão.

A territorialização dos Monteiro do rio Preto e as resultantes territorialidades específicas são as manifestações espaciais do que Almeida (2008b) chama de “passagem de uma unidade afetiva, atomizada”, isto é, a família de Rosemiro Monteiro, para uma existência coletiva, os tiradores de açai como grupo social liberto.

não era do patrão! O patrão mostrava documentos pra gente acreditar que a terra era deles! Mas era falso! E isso aí fez com que nós se libertasse aos poucos e graças a Deus, hoje nós estamos libertos! (informação verbal)⁴³

O conhecimento do direito do qual fala José Amorim foi outro fator importante para a existência coletiva dos Monteiro tiradores de açai. Concorreram para isto os encontros e contatos de membros do grupo, primeiramente, com a igreja católica que, com as comunidades eclesiais de base desde a década de 1970, viabilizava debates e cursos de formação social. Estes foram dando base para que posteriormente, na década de 1980, fosse criado outro ente importante, o Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Afuá.

No diálogo com esses dois mediadores forjaram-se os trabalhadores rurais Monteiro, pois destarte as possíveis diferenciações internas entre as unidades sociais que fazem das ilhas de Afuá seu lugar de morada, a igreja católica e, posteriormente, o sindicato possibilitaram, através de critérios políticos-organizativos próprios, agrupar diferentes grupos sociais, dentre os quais os Monteiro, em torno de objetivos comuns, isto é, o fim das relações de exploração baseadas no regime de patronato e o acesso livre à terra e aos recursos.

Libertos do jugo do patrão, em situação de maior estabilidade territorial, os Monteiro viram-se diante de novos desafios com a intensificação de relações com o Estado, sua posse foi reconhecida formalmente e, enfim conseguiram o primeiro documento oficial que lhes garantia alguns direitos sobre aqueles recursos que já vinham mantendo através de práticas tradicionais de manejo. Passaram a ser reconhecidos como beneficiários da reforma agrária, detentores de direitos específicos, no dia trinta e um de dezembro de 2008, quando a ilha tornou-se assentamento agroextrativista.

Mas de que direitos estamos falando? Quais os benefícios de ser beneficiário?

A importância de tais questionamentos extrapola os limites das terras de pertencimento coletivo dos Monteiro. Os novos horizontes que se põem aos grupos sociais que passam por processos análogos aos Monteiro tendo em vista a intensificação da criação de projetos agroextrativistas na Amazônia, devem ser avaliados trazendo como referência as relações sociais concretamente existentes. Há o risco desse sujeito de direito, beneficiário, ser subjugado às novas relações que se formam, apresentando-se escamoteadas atrás de discursos aparentemente os novos.

Diante da situação em que se encontram os moradores da “ILHA

43 MONTEIRO, José Amorim. **José Amorim Monteiro**: depoimento [fev.2010] Entrevistadora: Maricélia Barbosa: Afuá, 2010. Arquivo MP4.

QUEIMADA”, sem a assistência adequada do Poder Público e enfrentando todas as dificuldades e adversidades por que passam os moradores ribeirinhos do município de Afuá, sem orientação técnica, assistência social e a saúde, mesmo assim, persistem e demonstram muita coragem, mesmo trabalhando de forma obsoleta e tradicional. (INCRA, 2008, p.28, grifos nossos).

Deste modo, o que traz a aparência de algo novo, a partir de uma leitura mais crítica, pode ser evidenciado como a reatualização de esquemas interpretativos hegemônicos que atravessam séculos, “cristalizados e reproduzidos pelo senso comum erudito” (ALMEIDA, 2008a, p. 12). Tais esquemas interpretativos autoritários corroboram para a difusão da visão homogeneizante da Amazônia e a cristalização de verdades naturais sobre a região e sobre aqueles que a constroem cotidianamente.

Destarte a constante atualização do discurso embrutecedor sobre as formas de ocupação da Amazônia, vistos como atrasados e obsoletos, em oposição à ocupação racional e moderna, observa-se que os esquemas interpretativos mesmo sendo amplamente reeditados e distantes da realidade empírica da região, estão tornando-se eles sim obsoletos diante de leituras críticas sobre a diversidade amazônica e a emergência de sujeitos sociais mobilizados que politizam a natureza, compreendem e vivenciam a biodiversidade da região amazônica ligada à diversidade cultural.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Mapeamentos, identidades e territórios. In ACSELRAD, Henri (Org.). **Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2010. p. 9-45.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Carajás: a Guerra dos Mapas**. Belém-Pará: Ed. Falangola, 1994.

_____. **Antropologia dos arquivos da Amazônia**. Rio de Janeiro: Casa 8 /Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

_____. Amazônia: a dimensão política dos conhecimentos tradicionais. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Conhecimento tradicional e biodiversidade: normas vigentes e propostas**. Manaus: Programa de pós-graduação da Universidade do Amazonas – UEA/Programa de pós-graduação em Sociedade e Cultura da Amazônia / Fundação Ford / Fundação Universidade do Amazonas, 2008a. v.1.

_____. **Terras de quilombo, terras indígenas, babaquais livres, castanhais do povo, faxinais e fundo de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. 2ª Ed. Manaus: PGSCA, 2008b.

ARANHA, Heldiane Alves. **“Roçado Vira Capoeira”**: dinâmica das práticas agrícolas de tiradores de açaí no município de Afuá – Pará. 2014. 231 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará, 2014.

BARBOSA, Maricélia G. **“Quem mora em cima da terra é que tem direito!”**: o fim da relação freguês-patrão e as novas relações de trabalho na unidade familiar de produção dos chamados “tiradores de açaí” da Vila Monteiro do Rio Preto, no município de Afuá-PA. 2012. 150 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará, 2012.

BRABO, Maria José C. Os roceiros de Muaná. Belém, **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Série Ciências Humanas, Belém, p.01-68 + 8f sem numeração, 1979.

_____. Palmeiros de Muaná: estudo sobre o processo de produção no beneficiamento do açaizeiro. **Boletim do museu paraense Emílio Goeldi**, Belém, Nova Série n. 73, 1979.

CASTRO, Iná Elias de. O problema da escala. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Geografia: conceitos e temas**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 117-140.

CAUME, David José. **O MST e os assentamentos de reforma agrária: a construção de espaços modelares**. Passo Fundo: Goiânia: Ed. da Universidade Federal de Goiás, 2006

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 20ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Graal, 2004.

_____. **A verdade e as formas jurídicas**. Tradução Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. Rio de Janeiro: NAU, 2003.

GOLDENBERG, Mírian. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 3ªed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Record, 1999.

GOODY, Jack. **Domesticação do pensamento selvagem**. Lisboa: Ed. Presença. 1977.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais. In: CORREA, Roberto Lobato; ROSENDHAL, Zeni (Orgs). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999.

_____. **O Mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” a multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

IANNI, Octávio. **Ditadura e Agricultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Mapa municipal estatístico do município de Afuá**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

_____. **Municípios do Pará**. Censo 2010. Disponível <http://downloads.ibge.gov.br/downloads_geociencias.htm>. Acessado em 21 de janeiro de 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Superintendência Regional do Pará. **Relatório técnico ilha Queimada, município de Afuá, Pará**. Belém: INCRA, 2008. 67 p.

_____. **Assentamentos. Informações Gerais**. Belém: INCRA, 2016. 88 p.

LACOSTE, Yves. **A Geografia** – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. 14ª Ed. Campinas, SP: Papirus, 2008.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: HUCITEC, 1997.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos "índios misturados"? situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, Abril. 1998.

PANTOJA, Mariana C. **Os Milton. Cem Anos de história nos seringais**. 2ª ed. Rio Branco; AC. Edufac: 2008.

POLLAK, Harrison; MATTOS, Marli; CHRISTOPHER, U.H.L. **O perfil da extração de palmito no estuário amazônico**. Belém: Imazon, 1996. (Série Amazônia nº 03).

RACINE, J. B.; RAFFESTIN, C.; RUFFY, V. Escala e ação, contribuição para uma interpretação do mecanismo de escala na prática da Geografia. **Revista brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 45, p. 123-135, jan./mar. 1983.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo; SP. Editora Khedir, 2011.

SALERA JUNIOR. G. **A produção do açaí na ilha do Marajó**: artigos, 2011. Disponível em <<http://www.recantodasletras.com.br/artigos/2798169>> Acessado em 03 de dezembro de 2012.

SALES, Sammy Silva. **Os Monteiro do rio Preto**: estudo de uma unidade familiar camponesa entre os chamados “tiradores de açaí”. 2012. 114 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Pará, 2012.

SAQUET, Marcos. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular. [S.l.:s.n],2007.

SILVA, Elton Carlos Garcez da. **Territorialidades específicas e mudanças fundiárias**: o processo de territorialização dos Monteiro do rio Preto, município de Afuá, Pará. 2013. 140 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.